ARQUITETURA:

A ARTE DOS PROJETOS

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Frederico Celestino Barbosa

Arquitetura: a arte dos projetos

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238A Arquitetura: a arte dos projetos

/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2021

61 f.: il

DOI: 10.37423/2021.edcl399

ISBN: 978-65-5367-041-9

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. estilo 2. projetos 3. técnicas I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 720

<https://doi.org/10.37423/2021.edcl399>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2022

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	5
O EDIFÍCIO DA COMISSÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO	
ANA CLÁUDIA BÖER BREIER	
Estefani Basso	
Kelly Augusta Carvalho	
Felipe Jardel Mohler	
DOI 10.37423/211205164	
 CAPÍTULO 2	 18
O POUSO DE TROPAS COLONIAL EM BENTO RODRIGUES: O CASO DOS TRABALHOS DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PÓS DESASTRE	
Magno Augusto Coelho Santos	
DOI 10.37423/220105186	
 CAPÍTULO 3	 35
"(DES)CONTINUIDADES EM BRASÍLIA: ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MODERNISTA E SUA ADAPTAÇÃO A VALORES CONTEMPORÂNEOS"	
Letícia Pires Ferreira	
DOI 10.37423/220105191	
 CAPÍTULO 4	 50
PAMPULHA: O MODERNISMO COMO VALOR CULTURAL E CATEGORIA JURÍDICA	
Cláudio Listher Marques Bahia	
Raquel Ferreira de Souza Gomes	
DOI 10.37423/220105205	

Capítulo 1

10.37423/211205164

O EDIFÍCIO DA COMISSÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

ANA CLÁUDIA BÖER BREIER

Instituto Federal Farroupilha

Estefani Basso

Instituto Federal Farroupilha

Kelly Augusta Carvalho

Instituto Federal Farroupilha

Felipe Jardel Mohler

Instituto Federal Farroupilha

Resumo: O patrimônio cultural pode ser considerado um bem, material ou imaterial que tenha relevância histórica ou cultural na sociedade. Os bens que apresentam importância universal, os patrimônios mundiais, são de responsabilidade de instituições como a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; normalmente tombados total ou parcialmente para promover sua conservação e preservação. Outros, influentes a comunidades menores podem ser protegidos a nível nacional, estadual ou mesmo municipal. Os imóveis, patrimônios culturais, têm importância arquitetônica, influência na paisagem e na urbanização. As edificações ainda podem ser consideradas patrimônios históricos por serem registros dos fatos ocorridos. O inventário do patrimônio cultural de bens imóveis equivale-se na identificação e registro de determinados bens, por pesquisas e levantamentos das características relevantes, para reunir a memória cultural e a evolução de um sítio. O município de Santa Rosa/RS possui uma lista de bens a serem inventariados. A ocupação da cidade iniciou-se por volta de 1915, com o objetivo de colonizar a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Dentro deste contexto, foi construído em 1916, o edifício da Comissão de Terras e Colonização. Assim como outras edificações com a mesma finalidade, era uma propriedade do governo estadual, criada para organizar a venda e distribuição das terras locais para as famílias colonizadoras. Sua construção influenciou a urbanização do centro da cidade velha, que iniciou em seu entorno, com a praça da independência e alguns comércios. A Comissão de Terras e Colonização será objeto de estudo a ser realizado pelo grupo de estudos do Instituto Federal Farroupilha, com o objetivo de preservar este patrimônio e a memória cultural ligada a evolução urbana e arquitetônica de Santa Rosa/RS. O inventário consistirá na identificação e registro, por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades desta edificação.

Palavras-chave: Inventário; Santa Rosa; Patrimônio.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO HISTÓRICO E CULTURAL

O inventário de uma edificação passou a ser um instrumento de preservação com a Constituição Federal de 1988, tornando-se uma ferramenta protetiva deste bem cultural, tendo medidas restritivas de livre uso, gozo e disposição, tornando-se, por outro lado, obrigatória a sua preservação e conservação para as presentes e as futuras gerações, segundo descreve seu artigo 216. A iniciativa do levantamento físico-cadastral para a base do qual foi feito este artigo, partiu de uma proposta da Prefeitura Municipal de Santa Rosa RS, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE) e o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) campus Santa Rosa. Tendo como finalidade o estudo e levantamento arquitetônico do prédio, que no ano de escrita deste completou 101 anos, e onde outrora funcionou a Comissão de Terras e Colonização.

A lista consistirá na identificação e no registro, por meio de pesquisa e de levantamento físico-cadastral e fotográficos da edificação e de seu contexto urbano, bem como é proposto pelo Manual de Aplicação/IPHAN: (RAMPIM, 2016, p.7). Segundo o já citado, a edificação encaixa-se como patrimônio por ser um elemento presente na história do município, e que tem relevância a grande parte da população. Consideram-se como patrimônio paisagístico, materiais ou imateriais, por ser um local formador da memória e da identidade do município, determinantes para a sociedade, por estar diretamente ligado a história do município, sendo base de seu surgimento e ponto inicial de onde essa começou a crescer. Preserva ainda características arquitetônicas, presentes nas primeiras casas do município, como o uso de madeira e elementos arquitetônicos. São vários elementos que se inter-relacionam, e seu todo constitui uma paisagem complexa.

“Na paisagem cultural, o constante processo de envolvimento de meio físico e biológico com o homem tornam o conceito ainda mais amplo do que em uma paisagem em estágio primitivo, selvagem. Na consideração constitucional do patrimônio cultural em duas vertentes, a material e a imaterial, a dimensão imaterial avalia as formas de utilização de recursos, formas de expressão, modos de criar, fazer e viver distinguem cada grupo social e que também constituem a paisagem, constituindo uma unidade singular e infinitamente mais rica, seno tão dignas de registro e proteção quanto a flora, a fauna, o patrimônio edificado.” (IPHAN, acesso 2017, p. 4 e 5)

COLONIZAÇÕES E COMISSÕES

Durante os séculos XIX e XX, o Rio Grande do Sul foi marcado pela vinda dos imigrantes, não apenas como mão de obra, mas como agentes colonizadores das regiões ainda inexploradas do estado. Foi um período de acelerado desmatamento e ocupação. As etnias com maiores aportes populacionais,

que ingressaram no estado, com a finalidade de fundar colônias, foram de origem portuguesa, alemã e italiana.

Os primeiros imigrantes alemães chegaram em 1824, e instalaram-se em São Leopoldo; em 1848, o governo imperial destinou 36 léguas quadradas para a doação a estes, como meio de incentivo para que desenvolvessem a região. Em 1875, os italianos começam a aportar e instalam-se em Nova Milano (Farroupilha). Além deles, vieram também poloneses, holandeses, russos, romenos, austríacos, húngaros, tchecos, entre outros. Essas terras pertenciam a então Província de São Pedro (Rio Grande do Sul), e eram situadas nas planícies dos vales do Rio dos Sinos e do Rio Caí.

Em 1850, a fim de regularizar o comércio de terras no Brasil, em especial as devolutas (terras que não tinham proprietário privado legal, nem uso pelo governo federal) foi criada a “Lei de terras” (MACHADO; HERÉDIA, 2003), que tratava da concessão de terras e demarcações, e da delimitação das terras para promover a criação de novas colônias. As primeiras políticas para conhecimento do noroeste da Província de São Pedro passaram a ocorrer a partir de 1860, por iniciativa do governo provincial.

Para melhor fiscalizar e repartir as terras entre os imigrantes que chegavam de forma massiva em todo o país, em 1876 o governo imperial brasileiro criou a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, com sede no Rio de Janeiro RJ (GABLER, 2012, p. 18). Esta, foi uma fusão entre as já existentes: Comissão de Registro Geral e Estatísticas de Terras Públicas e Possuídas e a Agência Oficial de Colonização. Dentro dessa superintendência, ocorreu o surgimento da Inspetoria Especial de Terras e Colonização, com o objetivo de ser sujeita a primeira e monitorar as organizações das terras mais distantes, em outros estados. No Rio Grande do Sul, a sede localizava-se em Porto Alegre.

Com a vinda dos imigrantes italianos, foi necessário subdividir a inspetoria em diretorias e para isto, criou-se então a Diretoria de Comissão de Terras, com sede na Colônia Caxias (atual Caxias do Sul), Colônia Dona Izabel (Bento Gonçalves) e Colônia Conde D’Eu (Garibaldi). Cada diretoria era responsável pela divisão e demarcação de terras públicas, assim como seu registro, compra e venda das terras de sua colônia.

Com a Proclamação da República, as terras públicas federais passaram para o poder do Rio Grande do Sul. E as Diretorias passaram a ser subordinadas à Secretaria de Obras Públicas no ano 1895, com responsabilidade total do estado, que passou a promover a colonização das terras devolutas.

Após a colonização da Serra Gaúcha, a iniciativa se difundiu para outros pontos do estado, com o objetivo de ocupar todo o território. Para gerir este processo, é criada Comissão de Terras e Colonização, que auxiliaria na compra e venda de terras. Conforme o relatório do diretor de Terras e Colonização, Carlos Torres Gonçalves (1925, p. 381 apud RODRIGUES, 2007, p. 82), algumas localidades do estado, com posicionamento estratégico e potencial para o desenvolvimento foram sedes dessas comissões, como Erechim, Guarany, Palmeira, Soledade, Passo Fundo, Guaporé e Santa Rosa. O projeto destas colônias era, além de garantir a pequena propriedade para os imigrantes e mesmo migrantes, formar núcleos de urbanos. Torres Gonçalves já previa a administração e a articulação entre as novas colônias (BEATRICI, 2011, p.7).

SANTA ROSA E O NOROESTE GAÚCHO

A oitava e última região do estado a ser colonizada foi a noroeste, também conhecida como Alto Uruguai. Em 1840, as informações sobre o noroeste gaúcho eram poucas, referindo-se apenas a região apenas como “bosques montanhosos do rio Uruguai” (Christensen, 2008, p. 20). A área permaneceu por um longo período com escassa ocupação, em parte, devido a demora da definição da fronteira internacional do país com o Argentina, o que ocorreu através do Tratado de Badajoz, em 1801, e também devido a existência da densa floresta do Alto Uruguai, somada a existência de grupos indígenas que ali residiam.

O território, hoje pertencente a Santa Rosa, já fez parte dos municípios de Rio Pardo (1809-1819), Cachoeira do Sul (1819- 1834), Cruz Alta (1834-1873) e, por último Santo Ângelo, que foi elevado a categoria de município, com autonomia administrativa em 1873. Em 20 de maio de 1876, conforme divisão distrital de Santo Ângelo foi criado o distrito de Santa Rosa, com sede no aldeamento denominado “14 de Julho”, em homenagem a data da criação da Constituição do Estado, de 1891. A partir daí, aconteceram uma série de divisões distritais, alterando um pouco as configurações geográficas iniciais.

“[...] Como a colônia fora criada segundo um plano governamental previamente estabelecido, era natural que seu povoamento, intensificado na zona rural, também o fosse nas zonas urbanas, onde se instalaram logo escritórios de administração e controle. Assim, em 1915, estabeleceu-se a sede provisória da colônia, “14 de Julho”, que foi emancipada em 1931 por decreto do general Flôres da Cunha, permitindo que aquela vasta e rica zona missioneira iniciasse

uma nova e triunfante fase de sua vida dentro do Rio Grande do Sul.” (AMÁDIO, 1947, p.36).

Em 1913, o Intendente de Santo Ângelo, o Coronel Bráulio de Oliveira, telegrafou ao governo do estado, ressaltando a qualidade do distrito de Santa Rosa, enfatizando a importância deste transformar-se em colônia.

Lembro V. Exa. necessidade de providenciar sentido regularizar localização pessoal continua vindo municípios vizinhos e colônias velhas do Estado e invadindo rica zona Santa Rosa. Apesar providências tomadas esta administração, foi impossível obstar entrada mais de trezentas famílias, entre rios Santo Cristo, Inhacorá, tornando-se difícil senão impossível fiscalização autoridades municipais e policiais. Lembro V.Exa. que a fundação de uma colônia, entre rios Santo Cristo, Santa Rosa, Buricá e Inhacorá seria de grande vantagem, não só porque regularizaria a situação pessoa foi ali localizado, como também dentro poucos anos se tornará uma das primeiras colônias do Estado, devido à uberdade de seus terrenos, povoados de madeira-de-lei. (CHRISTENSEN, 2008, p. 36)

Entre 1913 e 1914, a Diretoria de Terras e Colonização enviou engenheiros para o levantamento da população residente na Colônia (intrusos, posseiros e caboclos). A partir de 1914, começaram a chegar os primeiros colonos, atraídos pela terra vermelha, pela madeira de lei e pela erva mate nativa da região. Em 1916, a vila 14 de Julho passou a ser oficialmente a sede da provisória colônia mista. A data de 5 de janeiro de 1915 foi escolhida para a inauguração da Colônia Santa Rosa. Em 1918, foi inaugurada a estrada de rodagem que ligava a sede da colônia a cidade de Santo Ângelo. Santa Rosa eleva-se a categoria de município em 1931, formado pelas colônias de Santa Rosa, Boa Vista e Guarani. Foi o 82º município do estado, para o qual foi nomeado como primeiro administrador, Arthur Ambos. Segundo Christensen (SARTORI, CHISTENSEN e SEGAT, 1981, p.119) até 1945, os administradores eram nomeados pelo Interventor Federal no Estado; apenas em 1947, o município elege seu primeiro prefeito.

Em meio a este núcleo colonial, se ergueu a primeira edificação do governo, conforme Preissler (2010, p. 45), a comissão é “a primeira casa construída em Santa Rosa”, o Escritório da Comissão de Terras e Colonização. Neste, importantes decisões referentes à colônia eram tomadas como: venda e distribuição dos lotes de terras para os novos moradores, a fim de regulamentar as ocupações e impedir invasões indevidas das terras, construção de pontes e estradas, demarcações de terras, criação de escolas etc. O chefe da Comissão era também o chefe da colônia. No ano de

1919, a sede da Colônia de Santa Rosa, a vila 14 de Julho, contava com uma população de aproximadamente 415 habitantes, distribuídos em 58 casas de madeira, quatro engenhos, duas olarias e dois hotéis.

A COMISSÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

O primeiro núcleo para a Vila 14 de Julho, foi previsto para ser implantado no entorno do atual Colégio Santa Rosa de Lima. Contudo, a construção do edifício da Comissão de Terras e Colonização, fez com que a área de influência da cidade migrasse para as proximidades da dessa, e tornando-o o núcleo urbano principal da vila. A edificação da Comissão de Terras e Colonização foi construída em 1916, atualmente é sede da Secretaria Estadual de Agricultura. Este edifício representa a materialidade dos sonhos e ambições dos primeiros colonos e imigrantes.

Em frente à edificação, foi implantada a Praça José Bonifácio (atual Praça da Independência), inaugurada em 07 de setembro de 1922. Ali também se localizaram a subprefeitura, alguns edifícios comerciais e religiosos, caracterizando-se como centro da vida colonial de Santa Rosa. Esta região passou a ser denominada “cidade baixa”. Esse núcleo é o ponto inicial de onde parte o eixo histórico da cidade. A urbanização dessa surge partir dos arredores da Comissão e da Praça. Com a construção prefeitura municipal e a chegada do trem, bem como a implantação da estação, o centro tem um deslocamento em direção a estes novos atrativos. A nova região comercial será chamada de cidade nova, apesar da pequena diferença de tempo entre os dois centros urbanos, enquanto ao núcleo existente até então, nos arredores do período da edificação, ficará conhecida como “cidade baixa”. Essa região chegou a ser citada na Revista do Globo, de 1947, como *Sui generis*, causando emoção no responsável pela reportagem, conforme suas palavras: “[...] Invadiu-me a imediata sensação de estar em qualquer parte da Alemanha ou da Tchecoslováquia. Predominavam as casas de madeira, pitorescas e envelhecidas [...]” (AMÁDIO, 1947, p.35).

Imagem 1: Imediações da Praça José Bonifácio(atual Praça da Independência), 1922. Não é possível visualizar o edifício da Comissão de Terras e Colonização nesta imagem, devido ao ângulo da fotografia.

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico e Museu Municipal de Santa Rosa/RS, 2017.

No entorno da praça e da comissão surgiram às primeiras habitações, construídas em madeira, devido à grande abundância de madeiras de lei na região e devido as dificuldades de transporte dos materiais industrializados até a cidade de Santa Rosa no interior do estado, estimularam também a utilização desse material abundante e de qualidade (CHRISTENSEN, 2008, p. 39). Logo após a instalação da colônia, o engenheiro Godolphin Torres Ramos, realizou um trabalho de levantamento, medição e divisão de lotes a serem distribuídos aos locais bem como aos novos imigrantes. Godolphin foi ainda o responsável pela construção da edificação sede da Comissão de Terras e Colonização.

Para Preissler (PREISSLER, 2010, p. 58), a edificação possui uma arquitetura típica dos imigrantes italianos, com dois pavimentos, sendo o porão em pedra e o térreo em madeira. Apresenta também elementos decorativos que reforçam suas origens europeias, como, por exemplo, os lambrequins. Mas, em contraponto a essa afirmação, segundo a análise dos autores, a edificação não possui apenas características da arquitetura proveniente dos imigrantes italianos. Os lambrequins, por exemplo, estão presentes tanto em edificações de origem italianas quanto alemãs. Pressupõe-se que a escolha do material também não se dá por consequência da origem de seus construtores, mas sim pela abundância e qualidade da madeira nativa na região. Os formatos do telhado, com a existência de elementos como mansardas, também estão presentes em várias regiões da Europa, como Alemanha

e França, citando casos análogos. Outro fator que reforça o caráter multiétnico do edifício da Comissão de Terras e Colonização é a presença de varandas com balaústres nas laterais da edificação. Tal elemento é encontrado frequentemente na arquitetura rural do Brasil Colônia.

A escolha do terreno foi em local levemente íngreme, o que possibilitou o bom posicionamento do porão da edificação da Comissão de Terras e Colonização. Isto se reforça com a citação do livro História Ilustrada do Rio Grande do Sul: “o local preferido para a construção das casas eram as encostas suaves, para facilitar a localização do porão [...]” (COSTA, 2004, p. 173), demonstrando que talvez o porão fosse construído em função do aproveitamento do terreno e não simplesmente por se tratar de uma característica da arquitetura italiana. Mais uma vez, o porão é importante para casas de madeira, pois evita o contato desta direto com o solo, o que ao longo do tempo, causaria patologias.

Tendo em vista isto, pode-se perceber que a edificação da Comissão de Terras e Colonização tem uma miscigenação cultural de diversas etnias, apropriando-se de elementos de distintas arquiteturas, bem como aconteceu com a Colônia Santa Rosa, que apresentou grande diversidade de povos. Sendo assim, evidencia-se ainda mais a importância dessa edificação no contexto de desenvolvimento e memória no município, ressaltando um dos princípios da Colônia Mista Santa Rosa, que era justamente essa diversidade de etnias coexistido em uma colônia para todos.

Isto se ancora em algumas citações de uma das obras de Günter Weimer sobre a vinda da colonização alemã para o estado do Rio Grande do Sul. “A teoria que, aparentemente, melhor se presta para interpretar a fenomenologia de uma Arquitetura centro-europeia transplantada para um meio cultural luso-brasileiro é a da aculturação, pois seu ponto de partida é o contato entre duas culturas diferentes” (WEIMER, 2005, p. 378). Weimer cita que o que aconteceu no Brasil foi uma repetição do ocorrido nos Estados Unidos, quando várias nacionalidades migraram de suas nações de origem para estes países. A aculturação é um fenômeno que acontece normalmente sem esforços maiores, pois a cultura nacional é, geralmente, maior sobre a cultura do imigrante. É um fato que ocorre na cultura imaterial e, conseqüentemente, na material, ou seja, “Foi visto que a Arquitetura do imigrante foi objeto de profundas transformações em seu desenvolvimento em solo gaúcho” (WEIMER, 2005, p. 384).

Pode-se concluir que na edificação da Comissão de Terras e Colonização há uma fusão de arquiteturas estrangeiras e nacionais como no telhado íngreme, no porão, nas varandas que já foram citados. Porém, cabe analisar se foi realmente uma aculturação total ou teriam sido necessidades de adequações e adaptações a esta região (como no caso do uso da madeira, que existia em abundância)

ou se os responsáveis pelo projeto e execução desta edificação possuíam conhecimentos prévios dessas várias etnias.

“A questão fundamental aqui é examinar se esses fatos implicam efetiva aculturação (...). Quer nos parecer que tal entendimento é, no mínimo, discutível, porque o imigrante não se submete de forma incondicional aos procedimentos construtivos lusos. Impôs que a construção em enxaimel. (...). Ainda mais, depois de haver aprendido (ou assimilado) a construir enxaimel à portuguesa, voltou a suas origens alemãs.” (WEIMER, 2005, p.385).

Ao longo dos anos, o edifício da Comissão de Terras e Colonização passou por três reformas em sua estrutura, das quais se tem documentação. A primeira foto tirada logo após sua construção mostra a arquitetura original, construída pelo engenheiro Godolphin Ramos.

Imagem 2: Primeira foto da Comissão de Terras e Colonização, aproximadamente 1916.

Fonte: MUSEU MUNICIPAL: Fotos do município, 2017.

Na segunda foto, notamos a retirada das mansardas existentes no telhado, iniciando-se o processo de descaracterização da edificação, em apenas, aproximadamente, seis anos de sua existência. É importante citar que não foi encontrado registros destas reformas, apenas podemos aproximar seus períodos em função das datas das imagens obtidas do local.

Imagem 3: Comissão de Terras e Colonização e funcionários, 1922.

Fonte: MUSEU MUNICIPAL: **Fotos do município**, 2017

Atualmente podemos notar que a edificação passou por mais reparos, provenientes da substituição de materiais, provavelmente que tenham sofrido degradação com a passagem do tempo. Outra modificação significativa foi a retirada do frontão e o acréscimo de um pequeno avarandado em seu lugar. Também houve ampliação da edificação, como se pode observar na última imagem, em que a fachada lateral consta de três aberturas ao invés de duas, das fotografias dos anos anteriores. A falta de registros encontrados, infelizmente, torna imprecisa a data e mesmo se essas foram feitas em conjunto ao no mesmo período, porém de forma individual.

Imagem 4: Comissão de Terras e Colonização, atual Secretaria Estadual da Agricultura, 2016.

Fonte: Dos autores, 2016.

Mesmo não estando em seu estado original, a edificação continua mantendo algumas de suas características principais, sendo um marco para a história do município e até mesmo da região. Sua ocupação, também auxilia para que a mesma não caia em esquecimento, mantendo-se com vida para a população e para aqueles que ali trabalham.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O trabalho, ainda em andamento, está sendo realizado pelos alunos de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Farroupilha, campus Santa Rosa. Esta ação poderá contribuir para o desenvolvimento de projetos que permitam a valorização do patrimônio cultural local, além da própria edificação da Comissão de Terras e Colonização, através do seu registro material. Deste modo, poderá despertar a consciência da comunidade santa-rosense, sobre a importância da preservação da identidade cultural e arquitetônica do município. Este trabalho tem fim acadêmico, servindo como fonte de pesquisa para futuros estudos e apresentação para o público, remetendo sempre a importância da preservação histórica e cultural.

O registro da edificação da Comissão de Terras e Colonização contribuirá para a manutenção permanente da história dos bens imóveis do município, já que algumas edificações, deste mesmo período, encontram-se em avançados processos de descaracterização, deterioração, arruinamento e, até mesmo, desaparecimento.

As edificações como a Comissão de Terras e Colonização são bens culturais imóveis, as quais contribuem na preservação da história e de valores culturais da sociedade na qual está situada. Esta ação poderá contribuir para o desenvolvimento de projetos que permitam a valorização do patrimônio cultural local, além da própria edificação da Comissão de Terras e Colonização, através do seu registro material. Deste modo, poderá despertar a consciência da comunidade santa-rosense, sobre a importância da preservação da identidade cultural e arquitetônica do município. Este trabalho terá fim acadêmico, servindo como fonte de pesquisa para futuros estudos e apresentação para o público, remetendo sempre a importância da preservação histórica e cultural. O registro da edificação da Comissão de Terras e Colonização contribuirá para a manutenção permanente da história dos bens imóveis de Santa Rosa, já que algumas edificações, deste mesmo período, encontram-se em avançados processos de descaracterização, deterioração, arruinamento e, até mesmo, desaparecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEATRICI, Rodrigo Ferronato. Educação, Política e Colonização: processos pedagógicos não formais na Região Alto Uruguai/RS no início do século XX. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHRISTENSEN, Teresa. SANTA ROSA: Histórias e Memórias. Porto Alegre: Palloti, 2008. COSTA, Elmar; et al. História ilustrada do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Zero Hora Editora. 2004.

GABLER, Louise. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891). Cadernos MAPA n. 4. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

IPHAN. O Patrimônio Natural no Brasil. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 08 out. 2017.

MACHADO, Maria Abel; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A FORMAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS NA REGIÃO DE COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(065\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(065).htm)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

MUSEU MUNICIPAL (Santa Rosa, Rs). Arquivo Histórico e Museu Municipal de Santa Rosa – S. Rosa: Fichas do inventário padrão IPHAE e fotos do município. Rio Grande do Sul. Consulta em: 08 de jun. 2017.

MUSEU MUNICIPAL (Santa Rosa, RS). Arquivo Histórico e Museu Municipal de Santa Rosa – R.G: Revista do Globo: Um Ponto no Mapa (11/01/1947, José Amádio; edKeffel). Livraria do Globo S.A.. Rio Grande do Sul. Consulta em: 08 de jun. 2017.

PREISSLER, Camila. Identificação de bens edificados considerados patrimônio cultural: O caso do município de Santa Rosa. 2010. 114 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Arquitetura e Patrimônio Material, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

RAMPIM, Sônia Regina et al. Inventários participativos: manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília/DF: 2016.

RODRIGUES, Cíntia Régia. As populações nativas sob a luz da modernidade: a proteção fraterna no Rio Grande do Sul (1908-1928). São Leopoldo: Unisinos (Tese de Doutorado), 2007.

SARTORI, Sonia Jane; CHISTENSEN, Teresa Neumann; SEGAT, Vera Maria Mendonza. Pelos Caminhos de Santa Rosa. Santa Rosa: Barcellos Livreiro e Editor, 1981.

Capítulo 2

10.37423/220105186

O POUSO DE TROPAS COLONIAL EM BENTO RODRIGUES: O CASO DOS TRABALHOS DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PÓS DESASTRE

Magno Augusto Coelho Santos

Unicentro Newton Paiva

Resumo: Com o rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, volumosa quantidade de lama foi carreada, causando destruição parcial e/ou total do meio natural circundante, das comunidades adjacentes, do modo de vida e, conseqüentemente, de seu Patrimônio Cultural, neste caso específico das edificações e estruturas associadas ao curral e os cochos de pedras situados no distrito de Bento Rodrigues. A estrutura edificada apresenta dois métodos de construção distintos: um segmento erigido com blocos de pedra, dispostos um em cima do outro, em junta seca; e, o outro segmento construído com placas de pedra, cada uma disposta verticalmente, e em paralelo com a outra, formando um muro com características únicas, poucas vezes vistas na região. É provável, portanto, que “curral de pedra” e demais estruturas associadas fossem parte integrante de uma estrutura maior, provavelmente uma estalagem, ou rancho de tropas, ligada ou não a uma sede de fazenda que teria existido junto ao local. Os trabalhos de resgate de superfície e de pesquisa documental possibilitaram a preservação dos vestígios e a reconstituição de sua história. Desse modo, a comunicação visa não só apresentar um estudo de caso acerca dos procedimentos e métodos utilizados em um caso emblemático de resgate arqueológico pós-desastre, como também chamar a atenção para os sítios ligados à antiga estrutura viária denominada Estrada Real em Minas Gerais. Para tanto, a comunicação baseia-se nos aportes desenvolvidos em alguns estudos já realizados na Arquitetura, nos pressupostos teóricos da Arqueologia Histórica, nos relatos de viajantes, naturalistas e no levantamento da documentação histórica relativa ao distrito de Bento Rodrigues.

Palavras-chave: Arqueologia Pós-desastre; Estrada Real; Patrimônio Cultural;

INTRODUÇÃO

O distrito de Bento Rodrigues, localizado cerca de 35 km ao norte do município de Mariana, possuía uma população no ano de 2010 estimada em 492 habitantes (divididos em cerca de 120 residências). O distrito contava apenas com os serviços públicos mais básicos, como a escola municipal e um centro de saúde, além de uma linha de ônibus que fazia o trajeto até Mariana duas vezes ao dia. A maior parte da população adulta empregava-se nas empresas mineradoras da região, sendo a agricultura e a mineração de “faiscagem” outras atividades presentes. Para alguns moradores, a prestação de serviços ligados ao turismo servia como alternativa de renda, principalmente após a implementação da rota turística da Estrada Real.

A origem do subdistrito de Bento Rodrigues, portanto, estava em plena concordância com a dinâmica povoadora característica dos primórdios da ocupação da capitania de Minas Gerais no século XVIII, pela qual a inserção dos núcleos populacionais obedecia rigorosamente aos locais de mineração. Em conformidade com a exploração aurífera aluvional, o povoado desenvolveu-se às margens dos cursos de água formados pelo córrego do Ouro Fino e o Ribeiro do Santarém, em área de relevo aplainado tipicamente associada a planícies fluviais.

O núcleo urbano assentava-se inteiramente sobre a colina entre os dois cursos d'água, tendo como eixo a antiga estrada que ligava o município de Mariana a Santa Bárbara, que após atravessar o ribeiro do Santarém, abria-se no largo disposto na borda do terraço que servia de adro à capela de São Bento. Daí em diante, a estrada seguia as margens do córrego do Ouro Fino, passando a tangenciá-lo até suas cabeceiras, onde cruzava o divisor de água em direção ao distrito de Santa Rita Durão. Antes de descer ao encontro do córrego Ouro Fino, em terreno de cota mais elevada, a estrada passava a cavaleiro até alcançar a capela de N. Sra. das Mercês, templo devocional que constituía a zona limítrofe do povoado de Bento Rodrigues.

No dia 5 de novembro de 2015, a barragem do Fundão localizada a 2,5 km a montante do distrito rompeu-se, causando uma alteração na conformação paisagística de Bento Rodrigues. De acordo com testemunhas oculares, a enxurrada, em um primeiro momento, não atingiu a grande parte do núcleo urbano, tangenciando as vertentes da margem direita do ribeiro de Santarém. Contudo, um ponto de abrupto estreitamento da calha a jusante onde se encontra com o córrego Ouro Fino, barrou o escoamento dos rejeitos. O refluxo de rejeito assim gerado acumulou-se pela pequena planície do povoado, onde os morros circundantes parecem ter agido como um verdadeiro ralo, criando um vórtice de lama responsável pelo maior impacto sobre as estruturas urbanas e arquitetônicas.

HISTÓRICO DO CURRAL DE PEDRAS EM BENTO RODRIGUES

A formação da comunidade de Bento Rodrigues remonta ao início da ocupação histórica do município de Mariana, no início do século XVIII, com a chegada de bandeirantes paulistas, migrantes de outras partes da colônia e imigrantes portugueses que vinham em busca de metais e pedras preciosas que haviam sido encontrados na região.

De fato, a grande quantidade de ouro que era extraída dos ribeiros do arraial de Bento Rodrigues foi razão para que a localidade se tornasse bastante famosa nos princípios da mineração na região. Diversos são os documentos e relatos feitos ao longo da primeira metade do século XVIII que se referem aos altíssimos rendimentos de suas minas.

Nesse ponto, a própria conformação geográfica do sitio, onde ergueu-se o arraial, ajudava a tornar as jazidas auríferas locais de fácil exploração. Entremeados por terrenos de relevo bastante movimentado, o sitio urbano de Bento Rodrigues eleva-se sobre uma pequena planície sedimentar formada pela barra dos córregos do Ouro Fino e do Santarém.

O POUSO DE TROPAS COLONIAL - O CURRAL E COCHO PEDRAS

Já nas primeiras décadas do século XIX, Bento Rodrigues tornava-se uma parada quase obrigatória entre os viajantes que transitavam entre Ouro Preto e as vilas ao norte pela Estrada Real. Em um anúncio, publicado por um Antônio Borges de Magalhães no jornal A província de Minas, em 1887, informando aos viajantes que rumavam para Ouro Preto, sobre as comodidades de seu hotel em Bento Rodrigues¹.

É possível que o hotel referido no anúncio tenha sido o mesmo que, de acordo com informações colhidas em entrevistas com moradores de Bento Rodrigues, fora criado pelo major Camillo de Lellis Ferreira (1823-1897), cuja atuação como patrono da capela de São Bento foi decisiva para a conformação urbana do distrito até 2015. De acordo com os moradores entrevistados, Camillo de Lellis Ferreira teria patrocinado a reconstrução da capela de São Bento na década de 1850, obra que contou também com a elevação do muro que ligava o “Curral de Pedra” ao adro da capela.

Conformava-se assim um conjunto arquitetônico construído que abrangia desde a entrada do distrito, assinalada pelos muros de pedra do Curral até a capela de São Bento, ou melhor, até a residência do major Ferreira localizada ao lado do templo. Então um sobrado de taipa de mão, cuja construção remontaria a época da fundação do povoado, a residência do major teve seu segundo pavimento

desmontado na década de 1960, quando foi também transformado no estabelecimento comercial que deu origem ao Bar da Sandra. Este funcionou no local até 2015.

Os terrenos localizados na margem direita do córrego Santarém, desde o leito antigo da Estrada Real até a barra do Ouro Fino eram propriedade do major Ferreira e que teriam sido doados a capela após seu falecimento, constituindo o seu “patrimônio”. Nesse sentido, cumpre chamar a atenção para a própria forma do tecido urbano ali existente, típico de “vilas e cidades lineares”, ou seja, desenvolvidas tendo como principal eixo um caminho ou estrada pública convertida em rua principal.

Servindo como as duas balizas espaciais que assinalavam os limites da povoação estavam o Curral de Pedras, ao sul, e a capela das Mercês, ao norte. O primeiro servia como obvio ponto de paradas para quem alcançava o arraial vindo de Camargos, quando a descida para Bento Rodrigues era feita por um caminho de inclinação mais suave e cuja ligação mais direta com o Curral sinaliza a importância dessa estrutura para a antiga povoação. Tendo descarregado as cargas de suas mulas e conduzindo-as aos pastos da margem direita do Santarém, os viajantes se dirigiam ao rancho aberto ou, se pudessem pagar um pouco mais, ao sobrado onde funcionaria também o “hotel”.

A história oral e um vídeo postado na internet² afirmam que o referido espaço seria um curral de tropas utilizado desde o final do século XVII. No vídeo mencionado é possível mensurar as dimensões e características do curral: ele é todo fechado em parte por muros em junta seca e em duas de suas laterais ele era circundado por lajes de pedra dispostas perpendicularmente no solo. No interior do curral havia um cocho de grandes proporções esculpido em pedra (pês e bojo), o que leva a crer que animais seriam neste local contidos e alimentados.

ARQUEOLOGIA NO PÓS- DESASTRE

A conformação inicial de antigos vilarejos sempre remete a construção de alguma edificação. Nesse sentido, a arquitetura, tida para a Arqueologia como parte da cultura material, como vestígio da ação humana na ocupação dos espaços, e compreendida como elemento que se entrelaça de forma dinâmica com os indivíduos, sendo um instrumento analisado para debater um processo histórico, vinculado a formação da sociedade e suas contextualizações (LIMA, 2010).

Sob esta perspectiva os trabalhos desenvolvidos contaram com aportes da Arquitetura, da História e da Arqueologia, visto que, no caso das edificações muito antigas, normalmente existem poucos registros históricos disponíveis que cubram toda a sua existência. Nessas situações, a Arqueologia mostra-se uma ciência eficaz no trabalho de recuperação histórica, não só para suprir a ausência de

dados bibliográficos, mas também para dialogar com os documentos escritos existentes (IPHAN, 2002).

Em consonância com as definições do IPHAN (2002), o termo “Arqueologia de Restauração” surge em meados do século XX para caracterizar os trabalhos que tinham por objetivo apenas o fornecimento de informações e elementos para os projetos de restauração de monumentos. Esses trabalhos estão inseridos em uma linha de pensamento arqueológico histórico-culturalista, e onde as atividades de pesquisa arqueológica eram utilizadas como acessórias para o campo da Arquitetura.

Neste caso o projeto de Arqueologia inserido em um projeto de restauração/conservação deve idealizar a produção de dados relevantes, indicando que uma edificação se refere a um super artefato, construído pelo homem que, necessariamente, está enquadrado num dado tempo e espaço e, deste modo, carregado de valores e simbolismos. Cabe a arqueologia constituir esse fundamento científico *stricto sensu*, isto é, elaborar conhecimento sistematizado e rigoroso sobre o bem trabalhado, tentando desvelar, o máximo possível, as relações humanas que se permeiam materialmente naquele bem (IPHAN, 2002).

No entanto deve-se considerar que as intervenções realizadas em uma edificação, seja ela considerada monumento nacional ou não, e de caráter radical é muitas vezes danoso, portanto, há a necessidade de se estabelecer medidas cautelosas e alicerça-las nos mais criteriosos parâmetros da preservação para minimizar as perdas decorrentes de uma opção indevida (CARRERA & SURYA, 2012).

O ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, em língua inglesa "*International Council of Monuments and Sites*") (TAVARES, 2011), defende que a escolha entre técnicas tradicionais e inovadoras deva ser pesada caso a caso e sugere que se dê preferência as menos invasivas e mais compatíveis com os valores do patrimônio cultural, tendo em mente as exigências de segurança e durabilidade.

Na Arqueologia, para se reconstruir a atividade humana no passado é de fundamental importância compreender o contexto de um achado, seja um artefato, uma estrutura ou uma construção edificada. O contexto de um objeto consiste em um nível imediato, sua situação deposicional e sua associação com os demais achados/materiais (RENFREW & BAHN, 2011).

Apesar de esta ser uma situação nova e totalmente específica e que gerou um contexto totalmente atípico para a Arqueologia e para seus métodos e técnicas de escavação, no que tange ao estudo do Patrimônio Cultural e ao salvamento do que restou dele, os aspectos teórico-metodológicos

apresentados dão subsídios, se não suficientes, ao menos norteadores, para a compreensão e entendimento dos passos seguidos para a execução dos estudos propostos.

Nesse sentido, embora os fatores pós-deposicionais sejam evidentemente associados ao rompimento da barragem de rejeito de minério, buscou-se compreender a espacialidade e a forma de dispersão dos vestígios de maneira holística, utilizando-se da perspectiva formulada por Schiffer (1996). Nela o autor distingue os diversos tipos de processos pós-deposicionais que podem ser encontrados. Para o caso do rompimento da barragem de Fundão, a perspectiva na qual a situação pode ser enquadrada é aquela relacionada aos *processos pós-deposicionais culturais (transformações)*, que englobam atividades deliberadas ou acidentais de origem antrópica (Schiffer, 1996).

De fato, temos com este novo evento, uma situação na qual pode-se vislumbrar bem, esse tipo de processo pós-deposicional. E, na medida em que se torna possível compreender melhor tais processos, lançamos as possibilidades estratégicas para a melhor forma de se realizar o resgate do material histórico e/ou arqueológico em um ambiente pós-desastre.

MÉTODOS APLICADOS À ARQUEOLOGIA NO PÓS DESASTRE

Seguindo os parâmetros teórico-metodológicos expostos, a metodologia utilizada se propôs ao registro arqueológico de estruturas históricas em quatro níveis, sendo adaptada em observância a integridade física das estruturas. Desta forma, a metodologia adotada foi constituída das seguintes atividades:

- 1.** Registro de superfície (inspeção visual) ao longo das áreas afetadas pela lama de rejeito a partir das informações colhidas durante a etapa de monitoramento/prospecção arqueológico e arquitetônico;
 - a.** Mapeamento do antigo trajeto da estrutura e prospecção nas áreas de entorno, com abertura de furos-teste para localização de possíveis componentes associados aos objetos de estudo;
 - b.** Coleta de informações com moradores locais e com as equipes de busca compostas pela corporação dos bombeiros, atentando-se os locais onde foram encontrados vestígios arqueológicos / históricos;
- 2.** Limpeza e evidenciação das estruturas que tenham sido soterradas;
 - a.** Limpeza a partir da remoção do rejeito de minério;
 - b.** Nesta etapa foi realizado um levantamento e análise do estado de conservação e das condições em que as edificações históricas se encontravam (mapeamento de danos), determinando suas patologias e evidenciando os indícios de degradação.

3. Resgate com a abertura de sondagens e escavações sistemáticas da camada de rejeitos de minério depositada.

4. Levantamento topográfico, fotográfico, batimétrico e registros gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os trabalhos de limpeza e evidenciação das estruturas que compõe o curral de pedras se iniciaram em abril de 2016 com a abertura de trincheiras/poços testes no intuito de identificar a extensão dos vestígios arqueológicos históricos, principalmente na porção onde era impossível verificar a existência de quaisquer sinais que remetam a presença dos alinhamentos de pedras. As intervenções na área interna do curral e em seus muros de delimitação tiveram início em outubro de 2016.

No sentido de melhor delimitar a área alvo da limpeza e estabelecer métodos arqueológicos sistemáticos, foi realizada a subdivisão dos setores de escavação seguindo os pontos cardeais a fim de englobar todo o perímetro remanescente do curral erigido de pedras, conforme é apresentado a seguir.

SETOR SUL

As quadras foram demarcadas com um dimensionamento inicial em 4 metros de comprimento por 4 metros de largura, em uma sequência alfanumérica, totalizando 13 quadras, partindo da área onde o alinhamento de pedra se encontrava visível. Parte deste alinhamento não foi escavado, devido ao impacto da lama de rejeito ter retirado por completo todos os vestígios da estrutura histórica e posteriormente por ter sido alagada pela elevação do nível d'água em função da implantação do dique S4.

A retirada da camada de rejeito nestas quadras teve o intuito de evidenciar partes do muro de pedras que compõe o antigo curral até alcançar o piso original do terreno. A quadra inicial, por ter se apresentado estéril (sem presença de partes do muro), foi escavada com o objetivo de ser o ponto de partida na escavação, chegando a atingir entre 40 – 50 cm de espessura.

A exposição do curral de pedras no setor sul foi realizada, a princípio na face externa e superior. Na face externa do alinhamento no intuito de evidenciar as porções inteiras e ou colapsadas do muro foi aberta uma trincheira entre 90 – 100 cm de largura com profundidade variando entre 60 a 80 cm.

No setor sul, evidenciou-se que as paredes do curral que ficavam acima da superfície foram todas carreadas pela passagem da lama, ficando apenas as paredes protegidas pelo aterro do interior do cercado.

Foi identificado um dos vértices do curral de pedras erigido em junta seca, que segue no sentido sudoeste/nordeste e o muro frontal (oeste) e lateral (sul). Esta porção apresentou a profundidade máxima de 80 – 90 cm, atingindo o piso original do terreno. Em modos gerais, a largura do alinhamento de pedras demonstrou um dimensionamento médio entre 60 a 70 cm, devido a inserção de pedras irregulares entre as fileiras da parede do curral.

Na extremidade final do Setor Sul foi possível verificar a inexistência da base do alinhamento de pedras do curral. Neste ponto, a movimentação da lama retirou toda a estrutura de pedra da parede da face sul do curral, sendo que a partir deste ponto não foi possível identificar a sua continuidade.

Sendo assim, foi testada a hipótese pela utilização da batimetria que identificou o trecho do alinhamento de pedras inexistente, projetando a sua continuidade até o ponto final da parede sul do curral. A utilização do levantamento topobatimétrico no registro arqueológico proporcionou a demonstração por um caminho cartográfico, que deste ponto em diante, os vestígios do alinhamento do muro em junta seca do setor sul foram totalmente suprimidos devido a movimentação do rejeito de minério.

Dimensionamento de 2,70 metros da porção no qual se finda o alinhamento de pedras do curral - (Equipe Arcadis, abril de 2016).

SETOR OESTE (FRONTAL)

Neste setor foi possível destacar os métodos construtivos distintos que conformavam o curral de pedras, sendo a técnica empregada na disposição horizontal de pedras em junta seca e na fixação das placas retangulares de quartzito verticalmente.

Neste segmento do muro constituído por junta seca evidencia-se uma largura média de 60 cm, ressaltando que os vestígios remanescentes deste alinhamento acima do piso original do terreno, foram carreados pelo movimento da lama. A espessura da camada de rejeito nestas quadras atingiu entre 1,00 a 1,20 metros de altura máxima, distribuídas em 7 quadrículas, dimensionadas em 4 metros de comprimento por 4 metros de largura, em uma sequência alfanumérica.

O seccionamento das quadras neste setor seguiu a orientação no sentido Sul/Norte no intuito de revelar a base do alinhamento de pedras presente na porção frontal do antigo curral. Foi possível identificar a presença dos marcos e vigas de aço que sustentavam os pilares de concreto que conformavam o portal da entrada principal. Nestes pilares estavam fixadas duas porteirosas de madeira abaixo de uma pequena estrutura de um telhado, seguindo um caminho até alcançar a porção posterior do curral.

Na extremidade deste alinhamento foi realizado o registro de um cocho de pedra feito em quartzito, apresentando um formato retangular e sub-arredondado nas extremidades, demonstrando como medidas 1,30m (comprimento) X 0,76m (largura), com espessura que varia entre 15 a 27 cm, e a profundidade do rebaixo entre 11 a 13 cm. O cocho foi devidamente coletado e levado a uma reserva técnica responsável por salvaguardar o material.

Cocho de pedra evidenciado durante a retirada da camada de rejeito de minério. (Equipe Arcadis, outubro de 2016).

SETOR NORTE

Neste setor houve a projeção de quadras em dois alinhamentos sendo o primeiro apresentando um dimensionamento em 4 metros de comprimento por 4 metros de largura, em uma sequência alfanumérica, totalizando 10 quadras e no segundo alinhamento demarcadas em 4 metros de comprimento por 2 metros de largura, totalizando 12 quadras.

Ressalta-se que a retirada da camada de rejeito das quadras seccionadas neste setor evidenciou parte do alinhamento do muro de placas (fixadas na vertical) e da sua continuidade erigida com o emprego da técnica da disposição horizontal das pedras em junta seca, sem a utilização de argamassa.

A disposição dos vestígios remanescentes do alinhamento das lajotas de quartzito (muro de placas) fixadas na vertical, demonstra a força da passagem do rejeito de minério sobre a estrutura histórica, restando em alguns pontos somente o negativo de sua quebra e em outros pontos foram extraídas por inteiro mantendo somente o vácuo do local onde estavam fixadas em superfície.

A largura média evidenciada neste alinhamento foi de 60 cm, sendo identificada somente a fiada das pedras que estavam próximas do piso original do terreno. Devido a passagem da lama neste ponto a porção do alinhamento de pedras que estava acima da superfície foi carregada.

Destaca-se também a diversidade litológica empregada na construção destes muros de pedras. A disposição dos afloramentos destas rochas nas proximidades se retrata como um fator preponderante nestas escolhas, sendo possível identificar rochas provenientes dos quartzitos, xistos, hematitas, cangas e filitos em um arranjo erigido em junta seca.

Na extremidade do alinhamento foi identificado o vértice que direciona o alinhamento de pedras no sentido sul, conformando a parede do setor leste do curral. Nesta quadra restou somente a última fiada das pedras do muro em junta seca, junto ao nível da superfície original do terreno.

Detalhe da placa de quartzito fraturada – Quadra F5 (Equipe Arcadis, novembro de 2016).

SETOR LESTE (POSTERIOR)

As quadras projetadas obtiveram dimensionamento adaptado as condições locais devido à proximidade da área de alagamento do dique S4. Procede-se inicialmente com a marcação das quadras dimensionadas em 4 metros de comprimento por 4 metros de largura, em uma sequência alfanumérica que englobam o segmento previamente estabelecido.

O alinhamento de pedras da parede leste na porção posterior do curral, demonstrou uma largura dimensionada em 60 cm revelando a última fileira de pedras junto a superfície original do terreno, disposta em um arranjo horizontalmente com o emprego da técnica da junta seca. Na extremidade leste do curral de pedras foi identificado um dos vértices remanescentes.

Segundo os relatos dos moradores locais e as visualizações de vídeos e fotos do antigo curral de pedras é de conhecimento notório que neste setor Leste (posterior) havia um portal com marcos de concreto e uma porteira de madeira, assim como o que era observado em sua entrada. Estes dois portais, tanto na porção frontal como na posterior, eram interligados por um caminho. Devido ao alagamento desta área não foi possível identificar o local de inserção deste portal descrito.

Vértice do alinhamento do curral de pedras na extremidade leste (Equipe Arcadis, dezembro de 2016).

SETOR INTERNO

Os trabalhos da limpeza e remoção da camada de rejeito de minério no setor interno do Curral de Pedras procederam inicialmente com a marcação das quadras que englobaram por completo a porção previamente estabelecida.

As quadras projetadas foram demarcadas em uma sequência alfanumérica com um dimensionamento em 4 metros de comprimento por 4 metros de largura em grande maioria, sendo que em algumas quadras o dimensionamento foi menor devido a adaptação feita em função da proximidade da área de alagamento do dique S4, totalizando 37 quadras, com espessura da camada de rejeito variando entre 70 cm a 1 metro.

Na porção interna do curral junto da superfície foram identificados os negativos das pedras fraturadas que serviam como base onde se apoiavam os cochos, apresentando uma distância entre si de 1,50 a 1,60 metros. Em alguns desses locais onde se encontravam as bases dos cochos, a passagem da lama de rejeito retirou por completo as pedras, deixando somente o negativo no piso original. O dimensionamento destes negativos das bases dos cochos se manteve em 60 cm de comprimento por 30 cm de largura. Os cochos não foram encontrados na área circundada pelo alinhamento de pedras do antigo curral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro apresentado após o rompimento da barragem de Fundão da Samarco S.A., com relação ao patrimônio cultural da região de Bento Rodrigues, não apresentava paralelo a outro ocorrido no mundo, nem em escala, nem em proporção. Nessa medida, não existia bibliografia base para dar suporte aos métodos e técnicas a serem utilizados, ou um estudo de caso que pudesse ser utilizado como modelo.

Algumas determinações de proteção aos bens culturais apregoados pelo *International Committee of the Blue Shield* (ICBS – Comitê Internacional do Escudo Azul), criado em junho de 1996, teve como propósito de proteger e salvaguardar o patrimônio cultural, conforme estabelecido na Convenção de Haia (1954), em casos extremos de impacto a estes, como no caso de conflitos armados. E, é claro, existe todo um aparato legal e teórico metodológico que norteia e designa os estudos arqueológicos necessários, no que tange ao patrimônio cultural.

O sítio arqueológico histórico identificado como Curral de Pedras e que remete ao período de conformação do subdistrito de Bento Rodrigues, em conjunto com um cocho esculpido em pedra e com os segmentos de muro em junta seca e em lajes de pedra. O segmento de muro que delimitava o curral de pedras e que circundava uma antiga propriedade, estendia se até a capela de São Bento e delimitava seu cemitério contíguo. Ao todo foram evidenciados 91,4 metros de muro e foram executadas escavações na área total do curral de pedras da ordem de 795m².

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos foram de fato o último registro dos remanescentes das estruturas do curral e cocho de pedras, que atualmente se encontram submersa na área do dique S4. Todas estas estruturas remetem ao período colonial e estão totalmente inseridas neste contexto.

Nesse sentido, elas são parte de um todo integrado, que está associado a constituição do local como lugar de morada, de exploração do ouro no século XVII e XVIII e de acesso a outras paragens, dado que a Estrada Real ligava Bento Rodrigues e o distrito de Santa Rita de Durão até o distrito de Camargos, sendo vetor de formação destes povoamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Francisco. C. D. Uma poética da técnica: a produção da arquitetura vernácula no Brasil. Tese de doutoramento, IFCH-UNICAMP, Campinas, 2016.

ARCADIS; Relatório Final de Resgate nas áreas impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão Samarco S.A.; Mariana e Barra Longa – MINAS GERAIS Samarco Mineração S.A., Jan/2017.

BASTOS, Rodrigo Almeida. Regularidade e ordem nas povoações mineiras no século XVIII. Disponível em: <http://mdc.arq.br/2009/10/01/regularidade-e-ordem-nas-povoacoesmineiras-no-século-XVIII/>. Acesso em: jul/2014.

BRAGA DE ANDRADE, Leandro. Escravidão, campesinato e desigualdade de Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850. Laboratório de História Econômica e Social UFJF. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.

BRENDLE, M. de B. U. C. Projeto de restauração e intervenção como projeto de arquitetura: Cesare Brandi e o Neues Museum Berlin". 6º Projetar- O projeto como instrumento para a materialização da arquitetura: Ensino, pesquisa e pátria; Salvador, 26 a 29 de novembro de 2013.

BINFORD, L.R. Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, vol.28, n.2, 1962. P.217-225.

BINFORD, L.R. Methodological considerations in the use of the graphic data. In: R.B.Lee & I. DeVore (eds.) *Man the hunter*, Chicago: Aldine Publishing Company, 1964.p.268-73.

BINFORD, S.R.; BINFORD L.R. (eds.). *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine, 1968.

CHAVES, M. das G.; PIRES M. do C.; MAGALHAES S. M. (2012) "Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal". EDUFOP/PPGHIS, Ouro Preto.

CARRERA M. & L. SURYA "Arqueologia da arquitetura: Contribuição nos projetos de restauro e na preservação". Faculdade Damas da Instrução Cristã; *Architecton – Revista de Arquitetura e Urbanismo* – Vol. 02, Nº01, 2012.

CUNHA C. dos R. (2010) "Restauração: Diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN"; Tese de doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo-SP.

DORREL, Peter G. (1994) *Photography in Archaeology and Conservation*. Cambridge Manuals in Archaeology. Cambridge University Press.

FAGUNDES, J. R. "As roças de Bento Rodrigues Caldeira – século XVII, 2010". Disponível em: <http://valedoparaibaarquivoshistoricos.blogspot.com.br/2010/08/as-rocas-de-bentorodrigues-caldeira-na.html>.

FONSECA, Claudia Damasceno. "Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas". In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol.20, n.1, São Paulo, jan./jun., 2012.

GOMES, Tatiana da Silva. A valorização do antigo pelo novo: o panorama da inserção de arquitetura contemporânea nos conjuntos históricos tombados de Mariana e Ouro Preto. Escola de Arquitetura da UFMG, 2009 (dissertação de mestrado).

GUIMARAES C. M. E MOREIRA M. G. (2011) "Cartografia, Arqueologia e História das Minas Gerais (Séculos XVIII e XIX)." Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica.

HAAS Y. C. & RIBEIRO R. T. M. "Tecnologia da conservação de pedras; Uma proposta de Metodologia". XI Congresso Internacional de Rehabilitacion del Patrimonio Arquitectonico y Edificacion; 2012.

HEXAGONO ENGENHARIA (março/2016) "Diagnóstico prévio das estruturas e dos elementos artísticos das edificações" Preservação do patrimônio cultural sacro das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gestera, municípios de Mariana e Barra Longa – Minas Gerais".

IPHAN. "Manual de Arqueologia Histórica em projetos de restauração". 2002

LEROI-GOURHAN, A. (Org.). "Pré-história". EDUSP. São Paulo, 1981. p.333

LEROI-GOURHAN, A. "Evolução e técnicas I: o homem e a matéria". Lisboa: Edições 70. 1984. 251 p.

LIMA D. R. "Entre as paredes de Deus: Arqueologia da Arquitetura sacra e do urbanismo em Vila do Príncipe no século XVIII". Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial a obtenção do título de mestre em Antropologia, 2010.

M. CARRERA & L. SURYA "Arqueologia da arquitetura: Contribuição nos projetos de restauro e na preservação". Faculdade Damas da Instrução Cristã; Architecton – Revista de Arquitetura e Urbanismo – Vol. 02, Nº01, 2012.

NATAL, Caio Meneguello. Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica, 2103. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/download/.../756. Acesso em: jul. /2014.

OLIVEIRA, M. M. "A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia." Brasília: IPHAN/ Programa Monumenta, 2008.

OLIVEIRA, Jose E. "Bento Rodrigues: trajetória e tragédia de um distrito do ouro, 2016". Disponível em: https://www.academia.edu/19713244/Bento_Rodrigues_trajet%C3%B3ria_e_trag%C3%A9dia_de_um_distrito_do_ouro.

RENFREW, Colin & BAHN, Paul. Arqueologia: Teorias, Metodos y Practica. Akal: Madrid.1993.

RENFREW, C. & BAHN, P. "Arqueologia: Teorias, Metodos y Practica". Akal: Madrid. 1993.

RESENDE M. E. L.de & VILLALTA C. L. "As Minas Setecentistas 2". Belo Horizonte: Autentica; Companhia do Tempo, 2007.

RIBEIRO, R. T. M.; NOBREGA C.; SOUZA M. V. de; COELHO C. M. T. "O levantamento físico e sua influência no projeto final de restauração". I Seminário nacional sobre ensino e pesquisa no projeto de arquitetura; Natal de 07 a 10 de outubro de 2003; RN/Brasil; PPGAU – UFRN.

SCHIFFER, M. B. 1972 "Archaeological context and systemic context." *American Antiquity* 37:156-165.

_____ 1983 "Toward the identification of formation processes." *American Antiquity* 48(4):675-706.

_____ 1987 "Formation Processes of the Archaeological Record". University of New Mexico Press, Albuquerque, 428pp.

_____ 1988 "The structure of archaeological theory". *American Antiquity* 53(3):461-485.

SALGADO, Marina. Ouro Preto: Paisagem em transformação. Escola de Arquitetura da UFMG, 2010.

SILVA L. F. da "Técnicas de Restauração do Patrimônio Histórico". Trabalho de conclusão de curso apresentado a universidade Anhembí Morumbi no âmbito do curso de engenharia civil com ênfase ambiental. São Paulo, 2004.

SILVA F. G. da "Pedra e Cal: Os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730 – 1800) ". Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte /MG, 2007.

SIMIS T. C. e ARRUDA S. A. de "As prospecções arqueológicas e arquitetônicas para o projeto de consolidação das ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia/Igarassu (PE) ". Faculdade Damas da Instrução Cristã; Architecton – Revista de Arquitetura e Urbanismo – Vol. 01, Nº01, 2011.

TAVARES F. M. "Metodologia de diagnóstico para restauração de edifícios dos séculos XVIII e XIX nas primeiras zonas de mineração em Minas Gerais". Universidade Federal de Juiz de fora; Faculdade de Engenharia; Mestrado em Ambiente Construído; Juiz de Fora, 2011.

TEIXEIRA, Heloisa Maria. O papel da liberdade: alforrias em Mariana no século XIX (1840- 988), 2012. Disponível em: <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecnmineira/2012/arquivos/O%20papel%20da%20liberdade.pdf>. Acesso em: jul/2014.

VASCONCELLOS D. de "História Antiga das Minas Gerais". Belo Horizonte; Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais, 1904.

VELOSO, Tercio. "Do arraial a cidade: ocupação do espaço e dinâmica na (re) construção de Mariana, Minas Gerais (1742-1747) ". *Temporalidades – Revista Discente de Pós-Graduação em História da UFMG*. Vol5, n.1, Jan/abr 2013.

VIANNA, Helio. Diário da Viagem do Imperador a Minas – 1881. Ministério da Educação e Cultura. Anuário do Museu Imperial. Petrópolis: MEC, 1957.

Capítulo 3

10.37423/220105191

"(DES)CONTINUIDADES EM BRASÍLIA: ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MODERNISTA E SUA ADAPTAÇÃO A VALORES CONTEMPORÂNEOS"

Letícia Pires Ferreira

*CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA –
UniCEUB*

Resumo: *O presente artigo tem como objeto a cidade símbolo da arquitetura moderna e bem tombado, Brasília, destacando sua importância enquanto patrimônio cultural da humanidade. O objetivo é evidenciar as possibilidades de preservação em diálogo com a necessidade de crescimento e satisfação dos que vivenciam o lugar já que tal parte consiste na maior parte do trabalho. Apresentar-se-á o panorama histórico do movimento moderno e a análise de Brasília, sob diferentes enfoques a respeito do funcionalismo modernista, em relação ao que foi construído e devido seu tombamento não pode ser alterado, seus valores, mobilidade e sustentabilidade. Por meio de uma metodologia bibliográfica e documental, para tanto serão abordados autores como: Lauro Cavalcanti, James Holston, Douglas Farr, Jan Gehl, Maurice Halbwachs, Jane Jacobs, Charles Jencks, José Galbinski, Henri Lefebvre, Kevin Lynch, dentre outros, e a própria vivência das autoras na cidade.*

Palavras-chave: *Patrimônio moderno; Pós-modernismo, Brasília.*

ENTRE OS VALORES DA MODERNIDADE E DA CONTEMPORANEIDADE

O Modernismo faz parte de um grupo de movimentos do início do século XX que, segundo Cavalcanti (2006, p.11) “almejava e propunha a sua universalidade”, a ruptura e a superação das tradições. O movimento não era visto como um estilo, mas sim como uma “evolução racional de fases anteriores e como a solução ética e estética para a sociedade industrial” (CAVALCANTI, 2006, p.11).

O arquiteto Adolf Loos, em seu discurso teórico, renunciou as fundações de todo o movimento moderno. Em sua carreira como publicista destacam obras que compõe uma parte inteira. Nos ensaios controversos, Loos elaborou o seu próprio estilo arquitetônico com formas adaptadas à época, funcionais, simples e sem decoração. Condenava o ornamento e tudo o que não pudesse ser explicado por uma razão funcional (LUPFER et al., 2003). Outros importantes e influentes arquitetos modernistas nesse período, como Le Corbusier e Mies van der Rohe, tiveram suas ideias como reflexo da obra de Loos. Em sua publicação – *Parauma Nova Arquitetura*, Corbusier buscou “causar” com suas comparações, segundo ele sem as contaminantes acadêmicas (CORBUSIER, 1923, apud LUPFER et al., 2003).

Diferente do pensamento minimalista de Loos, no qual estabeleceu um método inteligente para projetar, embasado na razão pragmática, Corbusier encontra uma abertura estética em tudo o que respeita ao arranjo urbano nas “formas eternas da geometria pura”, que não decorre única e logicamente da função, demonstrando estar “cheias de poesia” (1922 apud. LUPFER et al. 2003, p.698). O modernismo funcionalista preconizado no CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) tornou-se uma referência que, segundo Oliveira (2008, p.36) “visava dar aos centros-urbanos mundiais uma solução para o que identificava como o caos”. A Carta de Atenas, publicada em sua versão final no ano de 1943, foi resultado do IV Congresso descrito, a bordo de um navio em Marselha – Atenas.

Foram dez encontros, entre os anos de 1928 a 1956, que trataram dentre outras coisas do “habitat mínimo, a cidade funcional, o edifício racional, o núcleo urbano da cidade e o habitat coletivo”. O objetivo de Le Corbusier era dar à arquitetura um sentido real, social e econômico e estabelecer os limites dos seus estudos (COLIN, 2010, n.p.).

A ordem moderna, constituída de elementos geométricos simples e desprovida de ornamentos, foi feita à imagem e semelhança, não de uma Antiguidade distante, mas de um mundo presente e tangível: as máquinas industriais. Afinal, numa máquina, nada é supérfluo. Cada peça tem sua razão específica de ser, tem uma função singular a executar. Na máquina não existe - nem pode existir

- nenhuma engrenagem para enfeite, nenhum parafuso decorativo. A estética da máquina - sua aparência para o mundo - é ela própria, tal como é, tal como precisa ser. A máquina não é para ser apreendida pelos sentidos, mas para servir a uma necessidade. Sua beleza reside na sua capacidade de servir. Foi essa analogia que os modernistas tentaram e, aqueles de talento, conseguiram (MALARD, 2004, p.6).

Foram feitas diversas críticas, propostas e alternativas ao pensamento racional funcionalista surgidas a partir dos anos 1950 e 1960, tome-se por referência Charles Jencks, Jane Jacobs e Maurice Halbwachs para melhor elucidar.

Segundo Jencks (2003, p.31) ao se elaborar um quadro comparativo dos movimentos arquitetônicos é possível perceber uma correlação a evolução das espécies animais como elas evoluem e se desenvolvem ou regridem dentro de um inter-relacionamento e triunfam. De acordo com esse arquiteto a arquitetura moderna teve seu fim em uma data marcada, qual seja, a demolição do conjunto habitacional Pruitt-Igoe em 15 de Junho de 1972 às 15h 32m. A arquitetura modernista com afirmações sobre a importância do funcionalismo criou metáforas, pois é possível ver nos edifícios formas de objetos similares “caixas de papelão” ou imagens simbólicas da edificação. Ele analisa a tendência modernista tardia que serve dessas ambiguidades para criar metáforas. O modernismo seria o maior responsável pela decadência das cidades, já o pós-modernismo com novos programas arquitetônicos e urbanistas representariam a “responsabilidade natural de uma cultura de possibilidades de escolha” (JENCKS, 1939, p.804).

Dividindo os usos da cidade por categorias cria-se uma armadilha, método esse utilizado pelos modernistas ao setorizarem as diferentes funções que as áreas de uma cidade podem apresentar. Contudo, “a análise das cidades uso por uso - tornou-se um recurso costumeiro do planejamento urbano”. Para real compreensão da dimensão global das cidades é fundamental se esmerar no entendimento das combinações e misturas de seus usos conforme Jacobs (2011, p.157-158). As cidades para a autora são, assim como, as ciências biológicas problemas de complexidade organizada e que caso entendido acha-se a explicação para tudo, pois todas as variáveis estão “inter-relacionadas num todo orgânico”. As cidades, contudo, foram sendo concebidas como problemas de variáveis simples e diretas como no século XIX com a Cidade-Jardim de Ebenezer Howard e a Ville Radieuse de Le Corbusier, que apesar de se utilizar de uma linguagem mais verticalizada e centralizada da Cidade-Jardim com apenas duas variáveis, seu plano chegou a assimilar um sistema de complexidade desorganizada sendo “uma celebração artística do poder da estética e do triunfo das médias matemáticas” (JACOBS, 2011, p.157, 484-485).

Deve-se, então, considerar que o entorno material com o passar do tempo carrega as marcas das mudanças, ainda que, lentas. É marcado pelo grupo social que lá reside e o marca em igual medida, pois as imagens ao redor possuem muito significado. Portanto, “quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita, e se adapta às coisas materiais que a ele resistem”. Para bem compreender esse gênero de influência que exercem os diversos lugares de uma cidade sobre os grupos que a ela se adaptaram lentamente, seria necessário, numa grande cidade moderna, observar sobretudo os bairros antigos, ou as regiões relativamente isoladas de onde seus habitantes não se afastam, a não ser para ir ao trabalho, e que formam como pequenos mundos fechados, ou ainda, mesmo nas partes novas da cidade, as ruas e as avenidas povoadas sobretudo de operários e onde estes se encontram em casa, porque entre a casa e a rua há trocas permanentes e porque as relações de vizinhança ali se multiplicam (HALBWACHS,1990,131-144).

De acordo com Edwards (2005), Vitruvius já preconizava, no século I a.C., que a implantação das cidades, a disposição das vias e a orientação das edificações deviam ser determinadas por fatores ambientais, e faziam parte do seu modelo triangular *firmitas, vetustas e utilitas* (solidez, beleza e utilidade), o conforto e o clima. Dessa forma, pode-se dizer que as questões ligadas a sustentabilidade e mobilidade, sempre estiveram presentes, nos conceitos que constituem a base da arquitetura e do urbanismo e estão enraizadas no pensamento clássico e renascentista. Mas foi no século XX, que surgiu a consciência ambiental, segundo D'Amato e Leis (*apud* Camargo, 2003), o contexto pós-Segunda Guerra Mundial iniciou uma grande mudança de valores, que inspiraram iniciativas no sentido de apresentar alternativas aos problemas causados pela degradação ambiental. Deu-se uma revolução ambiental, que começou nos países desenvolvidos, para depois se alastrar pelo mundo todo, originando o movimento ecológico.

Apesar deste movimento ter iniciado no pós-guerra, nas décadas anteriores houve eventos significativos ligados à preocupação com o meio ambiente, como a Carta de Atenas, produzida durante o CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) que, conforme Farr (2013), os arquitetos modernistas europeus, como Gropius, Le Corbusier, Sert e Aalto, desde o início das discussões, estudavam soluções para a reforma do desenho urbano. Na época, o foco da discussão era a melhoria da saúde pública, em decorrência dos problemas ocasionados pela industrialização. E as propostas priorizavam o automóvel em detrimento dos pedestres e sugeriam o uso disperso do solo.

Segundo Farr (2013), para contrapor esses pensamentos que prevaleceram com a ascendência da formação arquitetônica modernista, um grupo de arquitetos cria em 1993, o Congresso para o Novo Urbanismo, que trabalha na interface entre a Arquitetura e o desenho urbano, o planejamento e a gestão do meio ambiente, com o objetivo de contribuir para uma melhor qualidade de vida, propondo a diversidade de classes sociais, a sustentabilidade, a permeabilidade do solo e privilegiando o pedestre ao carro.

Neste mesmo ano, foi criado o U. S. Green Building Council (USGBC), o movimento das construções sustentáveis, decorrente da crise do petróleo e inspirado na Cúpula da Terra do Rio de Janeiro, que buscava a adoção de práticas de edificação ambiental ou sustentável, com alta economia de energia. Contudo, inicialmente, foi deficiente por centralizar seu foco no edifício, não dando o devido valor ao seu contexto e a localização, principalmente com relação a questão da dependência do automóvel. Em 1995, a preocupação com relação a urbanização dispersa, faz surgir uma nova visão, denominada Crescimento Urbano Inteligente (Smarth Growth), que conforme Farr (2013), teve suas raízes no movimento ambiental dos anos 1970.

A unificação destes três movimentos de reforma do final do século XX, resulta no urbanismo sustentável, que ressalta os benefícios da integração dos sistemas humanos e naturais, segundo Farr (2013). O urbanismo sustentável distingue-se pela diversidade de usos e funções, pela valorização da compacidade e da biofilia, do respeito as condicionantes geográficas e ambientais, bem como às escalas de apropriação do espaço, de acordo com Romero (2011).

UMA ANÁLISE SOBRE BRASÍLIA, ONTEM E HOJE

A primeira cidade projetada aos moldes urbanísticos do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), Brasília, foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Apesar da idéia de transferir a capital do país para um lugar no interior, em área mais central, datar de 1789, com os inconfidentes mineiros. Conforme relato do próprio líder do movimento, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, os inconfidentes queriam transferir o centro de poder para São João Del Rei, em Minas Gerais. (AUTOS, 1976).

Em 1821, José Bonifácio redigiu as “Instruções aos deputados à Corte de Lisboa”, configurando a primeira iniciativa de mudança da capital, as quais foram aceitas pelo Príncipe Regente D. Pedro. Nestas, foram recomendadas aos seus representantes em Lisboa a criação de uma interiorização para área central do Brasil, definindo sua posição geográfica, as principais obras públicas previstas e a

instalação, ali, dos poderes públicos (VASCONCELOS, 1978). Contudo, como sua primeira tentativa não logrou êxito, dois anos depois ele, novamente, retoma seu discurso sobre a mudança da capital em memorial encaminhado à Assembleia Geral Constituinte do Império do Brasil, sugere o nome para a nova capital do Brasil, a ser localizada no interior do país, “Essa capital poderá chamar-se Petrópolis ou Brasília” (CASIMIRO NETO et al., 2010). Foram diversas iniciativas e houve, também, a profecia de Dom Bosco, proclamado santo padroeiro de Brasília, esse teve, em Turim, na Itália, um sonho extraordinariamente profético, no qual, em espírito, viu e apontou o surgimento de uma nova civilização, entre os paralelos 15° e 20° do hemisfério sul, numa região onde se formava um lago. Assim, em 1922, o decreto de 7 de setembro determinava que fosse lançada a pedra fundamental da futura capital, e Planaltina foi o palco escolhido para receber a Comissão Cruls, em missão que buscava o espaço para implantar a nova capital do país, e abrigar a pedra fundamental de Brasília.

Pedra Fundamental (Foto: Isabella Calzolari/G1)

<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/08/pedra-fundamental-maior-sacra-do-df-vejacuriosidades-de-planaltina.html>

Portanto, o que se percebe é que apesar de ser uma cidade moderna, a história da criação de Brasília data de muito antes, de um período colonial, ao qual já se têm por costume, nos dias de hoje, preservar, por sua importância histórica, cultural, artística, dentre outras.

Segundo Cavalcanti (2006) com anseio de desenvolvimento do interior do país, atribuindo-lhe importância política. Desde a proposta em 1957 até a sua implantação três anos depois, Brasília deve ser analisada atenciosamente “como mais um exemplo (ou consequência) do gigantesco processo de urbanização brasileiro, caracterizado (...) pela concentração de população nos centros urbanos e pela criação e construção de novas cidades (praticamente do zero)” (SCHLEE, 2006, p.141-142).

Vinte e seis projetos concorreram ao concurso de ideias, como afirma Schlee (2006, p.208) “com um programa bastante vago”. O edital que recomendava apenas uma população de 500 mil habitantes

para a nova capital e uma indisponibilidade territorial próximo ao lago artificial, não disponibilizando qualquer estudo geográfico. Alguns representantes da elite arquitetônica moderna brasileira concorreram ao concurso, além de Lucio Costa, que teve o projeto selecionado, dois deles se destacaram: o de Rino Levi e o dos Irmãos Roberto. No entanto, por não atender o desejo governamental de “espetacularização do Estado” ambos foram eliminados (CAVALCANTI, 2006, p.209). Niemeyer, solicitado por Juscelino Kubitschek, em função de uma parceria de sucesso com a Pampulha, optou por desenvolver apenas o projeto arquitetônico para a nova capital do país, e compôs a comissão julgadora do concurso que nomeou Lucio Costa para tal função.

Na memória justificativa, Lucio Costa buscou ‘naturalizar’ o seu projeto e descontextualiza-lo da corrente de urbanismo moderno à qual estava claramente filiado. Iniciou pedindo desculpas, alegando que não pretendia concorrer, mas que a solução lhe surgiu pronta, portanto, óbvia e natural. (CAVALCANTI, 2006, p.211).

Ainda segundo Cavalcanti (2006) o grande sucesso dos modernos foi a destreza em criar e administrar monumentos. Em depoimento dado em 1989, Oscar Niemeyer, afirmou: “Uma pessoa pode até não gostar de um projeto meu, mas não consegue ficar indiferente: a arquitetura deve surpreender e criar emoções. O que nos ficou do Egito não foram as casas do dia-a-dia, mas as grandes realizações” (apud CAVALCANTI, 2006, p.226). Inscrita como patrimônio da humanidade pela Unesco, Brasília representa o único exemplo, em sua escala, de uma completa cidade modernista. A sua importância é a perpetuação do modelo de urbanismo que os modernos tanto buscaram implantar. Pressouyre reforça que:

[...] além de representar uma manifestação exemplar dos princípios do urbanismo do século XX (...) possui criações arquitetônicas de ‘rara qualidade plástica’, constituindo – ‘pelo grande desafio, pela ousadia do projeto’ e ‘ampliação dos meios empregados’ -, incontestavelmente, ‘um fato da maior importância na história do urbanismo’ (Apud SCHLEE, 2006, p.149).

Essa cidade tão nova conforme Costa (1995, p. 298, 1995) “esse mourejar, essa dedicação, esse esforço - esta criação tirada do vazio num gesto de mágica -, é obra de loucos”. A nova capital foi assim concebida abolindo a farsa da “austeridade”, mas procurando ser berço da arte, “conferindo ao brado histórico de 1822” novo significado “industrialização ou morte!”, “não se exporta apenas café, açúcar, cacau” e sim cultura universal.

A crítica e a preservação da arquitetura moderna devem, portanto, ser renovadas a cada dia, e a representação brasileira no âmbito internacional está longe de ser ultrapassada. Apesar de ser importante considerar a preservação da arquitetura moderna existem diversos problemas que podem

ser constatados na cidade de Brasília com relação ao que foi projetado e ao que foi efetivamente construído, e em relação ao tombamento e às necessidades e desejos de mudanças. As “ilusões” pelas previsões da Novacap à época de que um terço dos operários que trabalharam na construção de Brasília lá permaneceriam após a inauguração e deviam ser incorporados pelo setor de serviços e outro terço seria instalado em colônias agrícolas para abastecer a capital, esperava-se que o terço restante retornasse as terras de origem, foram desfeitas, praticamente todos os operários decidiram permanecer na nova capital. Esse erro de previsão gerou um excedente populacional e uma enorme falta de moradias (CAVALCANTI, 2006, p. 219).

Esse ainda é um dos maiores problemas que se tem hoje. As formas concretas de segregação residencial em Brasília que vieram com sua criação. Além disso, a cidade tem um crescimento periférico marcante, desde 1959, as áreas do Distrito Federal vêm se redistribuindo em um conjunto de localidades dispersas (cidades-satélites) com grandes distâncias do centro (Plano-Piloto). Essas áreas residenciais crescem e reestruturam à revelia das intenções iniciais de seu projeto urbanístico segundo Gonzales (p.117-119). Ainda de acordo com a autora esse processo tem explicação em um fenômeno chamado de seleção gradativa do espaço físico ou estratificação residencial urbana que se concretiza pelo movimento de distribuição e redistribuição das camadas da população entre setores da cidade. Idéia de setorização trazida com Brasília e sua concepção modernista. De acordo com Holston (1993, p.150) Brasília apresenta uma visão radicalmente estranha de uma ordem urbana total. Em seu plano de criação se substituiu a rua por via com circulação voltada e priorizada para o automóvel.

O Plano Piloto foi ordenado em benefício do Estado burocrático acerca das funções modernistas de moradia e trabalho. As propostas do Plano Piloto foram as seguintes: 1) organizar a cidade em zonas de atividades homogêneas e excludentes entre si; 2) concentrar espacialmente os lugares de trabalho, enquanto as áreas de dormitório se fazem dispersas; 3) instituir um novo tipo de arquitetura e de organização residencial baseado no conceito de superquadra.

O Zoneamento em uma tipologia de forma e função nas cidades brasileiras como: Rio de Janeiro (“Zona Sul” e “Zona Norte”; cidade e subúrbio), São Paulo (“centro e periferia”) estabelecem um relacionamento visível da distinção espacial baseada nas relações de classe de tipo industrial, ainda que representem uma mistura, pois há favelas situadas a bairros de classe média, por exemplo. Contudo, o modernismo vem com a ideia de homogeneizar esse urbanismo com a criação da “função-urbana”. Ao adotar tal perspectiva, Brasília, em todo seu modernismo, deixou o registro e a análise da moradia dos trabalhadores sem nenhum destaque necessário, perdendo-se a memória sobre o espaço

ocupado pelos pobres. (BONDUKI, 2014). “O espaço impõe a cada coisa um determinado feixe e relações, porque cada coisa ocupa um lugar dado”. (SANTOS, p. 161, 2013) De acordo com esse autor, o lugar serve para dar o valor do homem que nele vive, seja seu valor como consumidor, cidadão ou produtor, tudo dependerá de sua localização territorial.

A monumentalidade, como pensava Lúcio Costa, seria pronunciadora de uma nova era. Cavalcanti (2006, p.210) fez com que Brasília possuísse um fator intensificador dos aspectos dessa distribuição espacial, pois “todos os seus setores estão organizados em uma única imagem arquitetural e esquemática, a do cruzamento dos dois eixos”. Holston (1993, p. 153).

Outra ilusão desfeita, baseada em Cavalcanti (2006, p. 219-221), foi a possível convivência de várias gradações sociais nas superquadras. Em 1965, foi permitida a comercialização dos apartamentos, e a foi novamente alterada a lógica de mercado, antes habitados por servidores públicos e parlamentares, agora somente por funcionários mais abastados. Conforme Baumann (p.68,2004) só estariam, agora, disponíveis as condições de vida e as parceiras tal qual mercadorias. “A invasão e a colonização da *communitas locus* da economia moral, pelas forças do mercado consumidor constituem o mais aterrador dos perigos que ameaçam a forma atual de convívio humano”. A identificação com o lugar, a memória da cidade (HALBWACHS,1990) é tão marcante e presente na população que os moradores vindos do Rio de Janeiro não se adaptaram a cidade que subverteu a idéia de rua, sem espaços de convívio espontâneo. “Os lares de muitas áreas urbanas do mundo agora existem para proteger seus habitantes, não para integrar as pessoas as suas comunidades” (BAUMANN, p.85, 2004, apud TURNER, p.170, 1979) A extraterritorialidade mediante a conectividade dos espaços urbanos deixa seus excedentes produzidos fora dos espaços urbanos privilegiados, habitados e usados pelas elites globais, e só lhes resta áreas desconectadas e abandonadas.

As cidades, geralmente, são definidas como sendo o lugar onde estranhos se encontram, permanecem próximos sem deixar, no entanto, de serem estranhos. E compartilhar esse espaço urbano com estranhos e mesmo conviver proximamente, é “repugnante e impertinente” os habitantes das cidades tendem a considerar como uma sina da qual não podem escapar, “e, faz-se necessário encontrar um *modus vivendi* que torne a coabitação palatável e a vida suportável”. (BAUMANN, p. 92, 2004). Os clubes de convivência não foram frequentados de acordo com a expectativa. A tentativa de tornar o comércio local, recriando o desejo de se ter ruas e calçadas, como em uma cidade tradicional, foi frustrado.

A justaposição dessas vias expressas, de rodovias e tecido urbano com criação de trevos, viadutos e trincheiras resultaram em muros de arrimo e taludes criando barreiras e dificultando os percursos, inclusive para os automóveis. O elemento mais distintivo para tentar superar a setorização seria a superquadra. Com utilização de *pilotis* para articular as passagens de veículo de pedestres no térreo e ajustar a declividade do terreno. (BATISTA, ano, p.8). Contudo, conforme irá pontuar Galbinsk (2014):

Os prédios residenciais nas superquadras têm altura fixada em seis pavimentos, mais pilotis, sem margem de variação. A disposição dos blocos residenciais nas superquadras briga, de certo modo, contra a topografia do sítio, devido ao fato de que a legislação não contém previsão de qualquer tipo de interferências morfológica no conceito de pilotis. Ao invés de se adotar altura variável para os pilotis ajustando-o ao perfil do terreno, o que poderia ultrapassar a altura fixada, arquitetos e engenheiros optam, ao contrário, por modificar o perfil do terreno ajustando-o ao edifício: altera-se a topografia para obter uma plataforma horizontal para a edificação. A ideia de facilitar o fluxo de pessoas ao nível do solo com o emprego obrigatório de pilotis, transforma-se em seu oposto, quando poderia ter altura variável e se acomodar suavemente no terreno, como já acontecia em inúmeros projetos de arquitetura na época. Percebe-se aqui, novamente, o auto impedimento, a censura prévia e falta de flexibilidade do legislador. As causas desta inflexibilidade são as que já foram acima comentadas.

Conforme Holanda (2010,p.90), a cidade de Lúcio Costa tem caráter, unidade, diversidade e a “urbanidade pós-moderna é resgatada de muitas formas, entre elas a continuidade do tecido urbano na escala global da cidade.” Entretanto, Gehl (2015,p.197) afirma que “a cidade é uma catástrofe ao nível dos olhos”, com urbanismo planejado do alto e de fora, que prioriza os edifícios, os espaços, e por último, a vida. No que ele chama de síndrome de Brasília, consequência do modelo modernista, que negligencia a dimensão humana. A vida deve ser priorizada, é preciso buscar um equilíbrio entre as relações nas escalas da cidade, para a formação de cidades atrativas, seguras e sustentáveis. E Gehl (2005, p.209)cita: “Não pergunte o que a cidade pode fazer pelo edifício, mas o que seu edifício pode fazer pela cidade! Uma resposta óbvia e imediata poderia ser: térreos atraentes”. Holanda (2010,p.106) descreve sobre a escala gregária:

O centro de Brasília é um “arquipélago”. Setores comercial, bancário, hoteleiro, hospitalar etc. são isolados entre si por vários fatores – diferenças de nível de via de serviço, parques de estacionamento periféricos, áreas verdes. Descontinuidades dificultam a apropriação, principalmente para o pedestre. Não há percursos estimulantes ao longo de fachadas contínuas com entradas para o interior dos edifícios. Bioclimaticamente, é desconfortável para caminhar.

A desertificação dos espaços públicos abertos de uso comum é um dos traços mais típicos da cidade moderna. A paisagem humana foi descuidada, como resultado direto da prioridade dada ao tráfego de veículos.Gehl (2015,p.209) sugere que as prioridades precisam ser reordenadas e que, deveriam

ser feitos estudos regulares sobre a vida pública nos espaços públicos, para saber como ela é de fato e então, obter ferramentas para propor melhorias. Entretanto, Holanda (2010,p.105) acredita que, se as propostas originais do arquiteto tivessem sido implantadas, os problemas poderiam ter sido menos graves. E observa, que “deveria haver predominância de usos, não especialização” e que faltou construir, na Plataforma Rodoviária, o edifício que uniria as partes sul e norte do centro. Sugere também, que foi perdida a oportunidade de resolver o grande vazio no coração da cidade, quando da implantação da estação central do metrô, que “poderia ter sido o ponto de partida de um complexo edificado a preencher as descontinuidades físicas no local.”

Na escala monumental, faltou construir os edifícios que interligariam os blocos dos ministérios, que seriam destinados ao uso comercial e de serviço, que complementaria a atividade principal da área e traria diversas vantagens à cidade e aos usuários, o espaço ganharia em definição, haveria incentivo ao uso, à permanência no local, toda a Esplanada ganharia em urbanidade e se aproximaria aos *Champs Élysées* idealizado por Lúcio Costa. De acordo com Romero (2001, 135), em Brasília “há espaços para acolher diversas funções, mas faltam espaços de simplicidade primária como, por exemplo, os destinados a servir de expansão aos grandes contingentes de trabalhadores do Setor Comercial que deveriam permanecer no local no horário de almoço”. E conforme Holanda (2010,p.105), “investir em maior urbanidade na Esplanada (...) em nada danificaria as dimensões expressivas do local; pelo contrário: a presença mais intensa fortaleceria a imagem do lugar, e da cidade, em nossas mentes”.

Na concepção da escala residencial de Brasília, com influência das cidades europeias tradicionais, houve sabedoria, porém por diversos fatores, como apropriação indevida dos espaços, proliferam barreiras que dificultam o fluxo de passagem de pedestres ou ciclistas; os espaços internos da quadra são muito similares, dificultando a legibilidade e a acessibilidade é ruim, devido a configuração das ruas. Problemas que poderiam ter sido evitados, se tivessem respeitado as orientações do projeto. No sentido longitudinal (norte-sul) é fácil caminhar, entretanto no sentido transversal (leste-oeste) é difícil, principalmente por causa do Eixo Rodoviário. A proposta para melhoria desta área, surgiu em um concurso no IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), nos anos 1990, que transformaria o Eixão em um imenso e agradável bulevar, com canteiro central arborizado e semaforizado, o que sem contrariar a essência do estatuto do tombamento, tornaria a rodovia mais segura e “amenizaria a paisagem com benéficos resultados bioclimáticos e visuais e tornaria menos árido”. (Holanda, 2010,p.119).

Por fim, na escala bucólica, que faz a transição entre cidade e campo, os problemas praticamente se concentram na orla do lago e são consequência da sua segregação, da forma de ocupação, do ineficiente monitoramento governamental da configuração e do uso dos espaços. Para atender a demanda intensa por lazer e garantir o livre acesso, a solução seria transformar os espaços remanescentes de suas margens, em grandes parques. Conforme preconiza Lerner (*apud* Gehl 2015) “se ao longo de suas margens implantamos um parque linear, se incorporamos o seu usufruto à nossa vivência urbana, a dimensão ambiental se valoriza e a sustentabilidade aumenta.”

FRANCISCONI (2011) defende que as definições das escalas feitas por Lúcio Costa quando da elaboração do anexo do Decreto Brasília Revisitada, sugerem adjetivos e exemplos, contudo que não atendem às exigências mínimas das necessidades urbanas e sociais, por não indicarem funções e usos ou qualquer padrão de urbanização que corresponda a escala do Plano Piloto. Segundo esse autor, desde que foram feitas as referências no art.2º do Decreto, os perímetros permaneceram “congelados”. Nesse sentido, ROSSETTI (2012), elucida que as comerciais – “a comercial” – são indispensáveis para suprir as necessidades dos moradores das superquadras, esse comércio teria caráter gregário com o local de moradia, para tanto deveriam ter a frente voltadas para o interior das superquadras e acesso de pedestres pelos passeios públicos. Contudo, com a subversão dessa ideia, que transformava em rua a parte interna voltada para superquadra, a ideia gregária deixa de existir, dando ênfase aos automóveis e as vias de circulação de veículos.

Para minimizar o processo de segregação socioespacial, decorrente não apenas do modelo modernista, mas também do expressivo aumento populacional, Gouvêa (2008,p.77) sugere “a criação de novos núcleos entre centros (Planos e Cidades), o adensamento e a urbanização dos núcleos urbanos existentes” e ainda, a oferta contínua e gradual de moradia para todas as classes sociais. “A cidade não é construída para uma pessoa, mas para um grande número delas, todas com grande diversidade de formação, temperamento, ocupação e classe social.” (LYNCH, 1997, p. 123).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTOS de devassa da inconfidência mineira. Brasília: Câmara dos Deputados, 1976.

BAUMAN, Zigmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BONDUKI, Nabil. Os pioneiros da habitação social: cem a anos de política pública no Brasil. Ensaios Sobre o Conceito de Cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. Desenvolvimento sustentável. Dimensões e desafios. Campinas: Papirus, 2003.

CAVALCANTI, Lauro. MODERNO E BRASILEIRO. A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CAVALCANTI, Lauro. Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 247 p.

CASIMIRO NETO, et al. Brasília, a ideia de uma capital. São Paulo: Fundação Armando Alvares Penteado, 2010. 178 p.

COSTA, Lúcio. Registros de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. 607 p.

COLIN, Silvio. CIAM. O movimento moderno na academia, 2010. Disponível em:

<<https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/07/28/ciam-o-movimento-moderno-na-academia/>>. Acesso em: 15 de junho de 2017.

EDWARDS. Brian. O guia básico para a sustentabilidade. Barcelona: Editorial Gustavo Gil, 2008.

EVERS, Bernd; THOENES, Christof. Architectural theory: from the Renaissance to the present ; 89 essays on 117 treatises. Köln: Taschen, 2003. 845 p.

FARR, Douglas. Urbanismo Sustentável. Desenho Urbano com a Natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013.

FRANCISCONI, Jorge Guilherme. Da insustentabilidade do Plano Piloto. 2011. Disponível em: <<https://mdc.arq.br/2011/02/17/da-insustentabilidade-do-plano-piloto/>>.

Acesso em: 20 out. 2017.

GEHL, Jan. Cidade para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GONZALES, Suely Franco Netto. As formas concretas de segregação residencial em Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. Cap. 5. p. 117-142.

GOUVÊA, Luiz Alberto. Cidade Viva. Curso de desenho ambiental urbano. São Paulo: Nobel, 2008.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOLANDA, Frederico de. Brasília. Cidade moderna. Cidade eterna. Brasília: FAU UnB, 2010.

HOLSTON, James. Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 368 p.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. 510 p.

JENCKS, Charles. Movimentos modernos em arquitetura. São Paulo: Edições 70 Almedina, 2006. 372 p.

José Galbinski . Problemas de desenho urbano em Brasília: ruas ou vias e a luta contra a topografia. In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO,

Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.) Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014 . Disponível em:

<<http://www.shcu2014.com.br/content/problemas-desenho-urbano-em-brasilia-ruas-ou-vias-e-luta-contra-topografia>> .

LUPFER, Gilbert; PAUL, Jorgen; SIGEL, Paul. Século XX. In: TEORIA DA ARQUITETURA DO RENASCIMENTO ATÉ AOS NOSSOS DIAS. Trad. Maria do Rosário Paiva Boléo. Köln: Ed. Taschen, 2003. p. 654-823.

MALARD, Maria Lucia. FORMA ARQUITETURA. Interpretar Arquitetura, Belo Horizonte, v.5, n.6, p. 1-15, 2004.

OLIVEIRA, Rômulo Andrade de. BRASÍLIA E O PARADIGMA MODERNISTA: PLANEJAMENTO URBANO DO MODERNO ATRASO. 2008. 195 f. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. Arquitetura bioclimática do espaço público.

Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. Arquitetura do lugar. Uma visão bioclimática da sustentabilidade em Brasília. São Paulo: Nova Técnica Editorial, 2011.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Plano Piloto/Quadras 700: questões para refletir sobre Brasília. Universitas: Arquitetura e Comunicação Social, v. 11, n. 2, p. 1-6, jul./ dez. 2014.

SANTOS, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões. 2013. Metamorfoses do espaço habitado. 1998

SCHLEE, Andrey Rosenthal. A preservação do moderno: o caso de Brasília. In: PESSÔA, José. Moderno e Nacional. Niterói: EdUFF, 2006. p. 141-155.

VASCONCELOS, José Adirson. A mudança da capital. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978. 376 p.

Capítulo 4

10.37423/220105205

PAMPULHA: O MODERNISMO COMO VALOR CULTURAL E CATEGORIA JURÍDICA

Cláudio Lister Marques Bahia

PUC Minas

Raquel Ferreira de Souza Gomes

Escritório de Arquitetura - Departamento de projetos

Resumo: A ideia principal desse artigo é a discussão dos modos de se ver e entender o patrimônio cultural atualmente, tendo como estudo de caso a Pampulha. As percepções e vivências humanas precisam da relação de coexistência entre o espaço e o tempo vivido para uma real valorização e fruição do patrimônio e da paisagem cultural. Discute-se também o comparativo entre a judicialização do patrimônio em contraponto a memória e valores gerados por ele como forma de ideal argumentação de proteção do patrimônio cultural. E ainda como a relação de tempo e dinâmica das apropriações agregam novas experiências ao processo histórico do patrimônio e a importância dessa prática para a manutenção da vida cultural contemporânea da Pampulha, Patrimônio da Humanidade.

Palavras-chave: Paisagem cultural; Patrimônio modernista; valor cultural e categoria jurídica.

PAMPULHA: O MODERNISMO COMO VALOR CULTURAL E CATEGORIA JURÍDICA

O Modernismo como fato cultural esteve intimamente ligado a um movimento, a uma estética e a um período, que no Brasil surgiu principalmente pela literatura e pela arte, quando ocorreu a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo. Este período caracterizou-se pelas grandes transformações das relações sociais, econômicas e fundamentalmente políticas que acarretaram profundas modificações dos hábitos e costumes dos brasileiros. Em Belo Horizonte, o Modernismo só se tornou pleno, enquanto movimento cultural, através de suas manifestações diversas como as artes, a arquitetura e a política, a partir dos anos 40, quando a população belo-horizontina tomou conhecimento que ela própria já se encontrava em meio a um processo veloz de transformação de uma estrutura quase provinciana para uma sociedade moderna, baseada num plano econômico firmado na industrialização, consumismo e na consolidação urbana. Também, uma nova ordem de sociabilidade, pela coletivização dos espaços da cidade destinados às classes sociais distintas como o complexo arquitetônico da Pampulha, configurava-se como um dos aspectos da utopia modernista da época - “a concepção da arquitetura e da produção industrial qualificada como fatores condicionantes do progresso social e da educação democrática da comunidade” (Argan, 1988 p.265).

Entretanto, esse artigo, buscando o exercício de visão contemporânea na relação do homem com o espaço e o tempo, estabelece sua reflexão fundamentada na Pampulha como a espacialização da paisagem cultural no tempo. Não se pretende referir às espacializações urbanas da Pampulha apenas por meio de suas geografias, de suas experiências estéticas passadas, de sua arquitetura visível e compositiva do cenário urbano, mas, antes de tudo, assumir a Pampulha como paisagem a partir de uma construção cultural da vida urbana e da sociedade no tempo. Compreende-se que o território urbano é uma espacialidade dotada de valores socioculturais próprios de cada temporalidade. A questão que se apresenta pela investigação e construção da paisagem cultural da Pampulha implica uma territorialidade estabelecida pelo conjunto de práticas e expressões materiais e simbólicas, que garantiram e garantem a apropriação e a permanência do lugar da sociedade urbana no espaço construído.

A PAISAGEM E O TEMPO

O termo paisagem remete sua origem ao século 15, e até o século 20 apresentou-se como termo mais aplicado a atividade artística da pintura, e não provocando discussões sobre seu significado, nem maiores preocupações conceituais e muito menos foi tema específico de investigação. Entretanto, no

século 20, paulatinamente o termo paisagem foi sendo desconsiderado pelas artes e vem se transformando em objeto da pesquisa acadêmica e, no século 21, tem se reafirmado na pluralidade conceitual, na formalidade estrutural e na forma de apreensão, passando a ser objeto de interesse de estudos de geógrafos, arquitetos-urbanistas e historiadores.

O termo paisagem foi definido por Berque a partir da dinâmica de dois conceitos: paisagem-marca e paisagem-matriz. *Marca*, pois expressa uma civilização, e *Matriz* porque participa dos esquemas de percepção e de ação da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, e, conseqüentemente a paisagem de seu ecúmeno. E, assim, sucessivamente, por laços infinitos de codeterminação (Berque, 1998). Numa perspectiva contemporânea da geografia cultural de Claval, para a descrição da paisagem cultural, entende-se que a paisagem carrega a *Marca* da cultura e serve-lhe como *Matriz* (Claval, 1999). E, ainda, como Blanc-Paranard e Raison, o estudo da paisagem cultural, que tendo sua origem pela descrição do ambiente que envolve o homem, ocupa-se com maior atenção, com a rede relacional que historicamente liga, por exemplo, os cidadãos ao seu lugar (Blanc-Paranard e Raison, 1986).

Os conceitos de paisagem estabelecidos por Berque, Claval e Blanc-Paranard e Raison citam em todos os casos a relação direta da paisagem com a percepção e utilização pelo homem, e, se tornam parte da investigação dinâmica entre patrimônio cultural e uso social que se forma neste artigo. A partir da ideia de Paisagem de Berque é possível uma interpretação do patrimônio cultural contemporâneo, pois seu conceito de *Paisagem-marca* e *Paisagem-matriz* possibilita uma reflexão sob uma nova perspectiva de se ver e se manter um patrimônio hoje.

Relacionando *Marca* e *Matriz* na visão de patrimônio atual temos como *Marca*, o bem físico e histórico, o edificado, e como *Matriz* as percepções e o modo como se vive o espaço. Essa relação da sociedade com o espaço e o tempo faz com que a perenidade da *Marca* esteja diretamente interligada a valorização da sua *Matriz*. Entendendo-se *Marca* como o que está registrado, é única; e *Matriz*, como o que simbolicamente se registra e se processa na dinâmica das percepções e vivências pelo homem, o processo que faz com que a *Marca* não apenas esteja edificada, mas que também seja viva e exista perante o sujeito que a vivencia. Essa relação gera uma coexistência entre os conceitos, sem a *Matriz*, a *Marca* sucumbe ao esquecimento e abandono. Então, nesse sentido, *Marca* e *Matriz* coexistem a partir da relação intrínseca de *espaço vivido* e *tempo vivido*. Contextualizando o sujeito no conceito da *Paisagem-Marca* entende-se o *espaço vivido*, segundo Gadamer (1999), pela experiência espacial do corpo, no qual este é ao mesmo tempo vidente e visível.

O corpo que olha todas as coisas também pode olhar a si mesmo e reconhecer no que está vendo, então, o outro lado do seu poder vidente. Visível e móvel, o corpo que olha está no mundo das coisas, é uma delas é captado na contextura do mundo e sua coesão é a de uma coisa. Como definiu Merleau-Ponty “O mundo não é aquilo que penso, mas aquilo que eu vivo; estou aberto ao mundo, comunico indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável ... ele é um meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas. ” (MERLEAU-PONTY, 1999. p.13); e, também, a partir do conceito *Paisagem-Marca*, contextualizando novamente o sujeito na *paisagem* entende-se *tempo vivido*, segundo Gadamer, (1999), como a necessidade de compreender o modo do corrente vivencial e de incluir a subjetividade na investigação intencional entre o fato e seu sujeito observador. Observador este motivado no seu momento presente a perguntar pelo passado, sem perder de vista as razões pelas quais a simultaneidade, traduzida em vontade de compreender e de conhecer, estabelece-se entre paisagem e intérprete determinando a fusão de dois horizontes: o horizonte do fato – nesse caso arquitetura modernista da Pampulha, e o horizonte do observador - horizonte do indivíduo que quer conhecer o fato – Paisagem Pampulha.

Na coexistência conceitual da *Paisagem-Marca* e *Paisagem-Matriz*, a representação cultural da Paisagem Pampulha está na dinâmica dos termos *tempo vivido* e *espaço vivido*. Entendendo o *tempo vivido* como a experiência temporal do observador no *espaço vivido*: interação entre o homem e as coisas. Identifica-se, então uma temporalidade finita e cambiante do ser em sua existência coletiva como um ente histórico. E, portanto, a consciência existencial humana na medida da mobilidade dessa existência no decorrer do tempo. Implicando na necessidade de compreender o modo de ser corrente e de incluir a subjetividade na investigação do mundo, o qual representa o solo prévio para a experiência ôntica, possibilitando a observação das várias Pampulhas.

Hoje, depara-se com uma separação desses conceitos de *Paisagem-Marca* e *Paisagem-Matriz*, quando a questão é o reconhecimento e a preservação de patrimônio cultural e o seu motivo de ser. A exemplo da Pampulha que tem sido tratada apenas por *Paisagem-Marca*, como conjunto de edifícios e espaço urbano, tal qual matéria por si só, o que automaticamente os separam de todas as vivências e as cargas vividas neles. Na Pampulha o conjunto arquitetônico e urbanístico tem sido muitas vezes valorizado pela sua carga histórica, e não reconhecendo sua função social pelas vivências daquela porção urbana da cidade, e com o passar do tempo a perda paulatina de sua relação de *espaço vivido* e *tempo vivido* o torna apenas matéria histórica. Então para a questão de reconhecimento de Patrimônio a relação

de tempo é extremamente importante para a sua existência, e mantê-lo apenas no passado, como *Marca*, não o possibilita a vida no presente e nem no futuro. A Pampulha é matéria presente, atravessa todas as relações de tempo, esteve no passado e significou algo mas se mantém no presente e seu sentido de ser precisa acompanhar sua existência no agora, ela, a Pampulha, não perde a carga vivida anteriormente, ela agrega ainda mais experiências e se mantém dinâmica para que no futuro sua ressignificação associe ainda mais valores a todos os momentos por ela já vivida. Os acontecimentos passados pela Pampulha são recortados neste artigo por um observador finito, na totalidade espaço-temporal do mundo objetivo. Nesta reflexão, as relações de tempo não existem da mesma forma para a Pampulha. Então para o bem cultural o tempo não é um processo real, uma sucessão efetiva que o homem se limitaria a registrar. O tempo Ele nasce da relação do homem com o edificado. Nas próprias coisas, o porvir e o passado estão em uma espécie de preexistência eternas (Merleau-Ponty, 1999), mas observa-se que a atribuição de tempo dada pelo senso comum ao materializado pelo patrimônio faz com que sua existência se limite na estanqueidade da visão de passado, presente e futuro impedindo assim sua continuidade e preexistência, os deixando presos no tempo e impedindo que as novas experiências agreguem valor. Os bens culturais não remetem ao passado, eles são presentes.

“Esta mesa traz traços de minha vida passada, inscrevi nela as minhas iniciais, nela fiz manchas de tinta, mas por si mesmos estes traços não me remetem ao passado: eles são presentes; e, se encontro ali signos de algum acontecimento “anterior”, é por que tenho, por outras vias, o sentido do passado, é por que trago em mim essa significação.” (MERLEAU-PONTY, 1999. p.553)

Nessa ideia de Merleau-Ponty, pode-se associar a mesa com o Patrimônio, os escritos e manchas de tintas à apropriação do espaço e o sentimento de pertencimento sobre o espaço represente a significação. Percebe-se que a matéria torna-se meio de manter os registros vivos, o que difere esta mesa de qualquer outra são os rabiscos feitos por ele, eles trazem a significação a matéria, o fazendo valioso e escolhido para carregar a carga do passado num uso presente, e assim sua preservação se faz coerente.

VALOR CULTURAL E APROPRIAÇÃO JURÍDICA

A geração de valor cultural é composta por soma de fatores antropológicos que vão além dos valores estabelecidos por instituições estatais que não consideram devidamente a memória advinda das ações individuais e coletivas diversificadas, e sim na generalidade administrativa do poder público, uma memória nacional, estadual ou municipal. Embora o valor cultural seja reconhecido também na sua

forma de geração e consequentes apropriações pelos sujeitos que o constitui, hoje, tem-se o agente responsável pela atribuição legal desse valor o Estado. Esta tutela estatal concerne ao poder público a autoridade responsável por procurar, classificar, conservar e restaurar esse patrimônio pelos conselhos de cultura e corpo técnico. Então a função de proteger e preservar está sob a responsabilidade exclusiva do poder público. Maria Cecília Londres Fonseca destaca, em seu livro *Patrimônio em Processo*, que quando se trata de bens patrimoniais tutelados por instituições estatais, o valor simbólico considerado é referente apenas a uma identidade coletiva, em que a definição tem em vista unidades políticas, a nação, o estado e o município. As políticas de preservação objetiva a manutenção da cultura como identidade da nação, entretanto, a proteção se incide sobre os bens materiais, são eles os objetos da proteção Jurídica, mas, o real objetivo de proteção legal é a manutenção dos valores culturais neles identificados. É nessa ação de proteção que se percebe um problema, em que o estado estabelece diretriz de proteção a partir de valores técnicos e jurídicos, muitas vezes não identificados pela sociedade, abrindo margem para uma não identificação do valor cultural do bem patrimoniado. Percebe-se que a política de preservação deve ir além de proteger bens móveis e imóveis e que não se pode deixar de levar em conta o processo de produção, recepção, apropriação e percepção desses bens culturais. Na Pampulha pode-se notar que seu valor cultural é constituído pelas diversas formas de apropriação e percepções dos sujeitos que a vivenciam. Este processo vem trazendo inovação a essas maneiras de fruir, usufruir e reconstituir a própria Pampulha. Percebe-se claramente as divergências, já citadas acima, entre propriedade jurídica da coisa, o Estado, e a propriedade dos valores culturais, a sociedade.

As instâncias de tombamento municipal, estadual, federal na Pampulha, na maior parte de suas justificativas, demonstram como a proteção incide sobre os bens culturais do conjunto arquitetônico e urbanístico a partir da constituição do espaço edificado, como motivo inicial, e breve consideração do espaço significado em seu valor simbólico. Há que se considerar que, mesmo inicial e breve, esta ação de preservação cultural alicerçada por atitude tradicional, tem objetivo de manter a cultura e a memória de um momento de grande importância para a arquitetura moderna, desde seus primórdios até os dias de hoje, com os desdobramentos e incentivos aos valores culturais inseridos na Pampulha. Na escala municipal, de acordo com as diretrizes da Diretoria de Patrimônio Cultural (DIPC) e do Plano Diretor de Belo Horizonte, o patrimônio se instala no conjunto arquitetônico e também no conjunto urbano, com edificações de uso coletivo e seus bens integrados, juntamente ao interesse histórico, cultural e paisagístico, criada pela lei de parcelamento, uso e ocupação do solo de Belo Horizonte. No âmbito estadual, segundo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), abrange

áreas no entorno imediato da Lagoa da Pampulha que conformam um cinturão de proteção, a delimitação apresenta-se inserida em uma região onde existe uma legislação vigente de preservação do patrimônio, que garantem questões fundamentais para a gestão do conjunto moderno da Pampulha. No âmbito federal, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tem como patrimônio o conjunto arquitetônico e paisagístico da orla da lagoa da Pampulha. O conjunto da Pampulha foi tombado para garantir sua proteção como marco da arquitetura moderna brasileira. Com uma visão mais voltada apenas ao conjunto Urbanístico, Edificações e espelho d'água. A escala mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que considera a Pampulha uma obra-prima tanto do ponto de vista urbanístico, quanto da sua paisagem com seus bens edificados e o significado de inovação para toda uma época, como exemplo de arquitetura e busca pela personalidade de uma nação, influenciando a arquitetura nacional e mundial, como Brasília, em 1987.

Apesar das argumentações relacionadas pelas instancias de patrimônio terem um enfoque em cima de questões urbanísticas e arquitetônicas é possível encontrar uma Pampulha imaterializada na multiplicidade de coisas e percepções que são coletivas e diversificadas e fazem o processo contemporâneo de atribuição de valor mais rico, não tocando apenas no bem arquitetônico e urbanístico como apresentado pelo estado.

Para muitos que tem aquela paisagem quase como cotidiano, seja ela como trabalho ou lazer, os detalhes do lugar vão se apresentando mais minuciosos, - um detalhe da calçada, uma planta que floresce, a ambiência criada pelas árvores e coqueiros, a vista que se tem durante a corrida, a tranquilidade passada pela natureza, a sensação de ser parte viva do lugar ou qualquer coisa que represente um pequeno refúgio do vai e vem barulhento da Cidade. O espaço passa a ter além do significado histórico e cultural de conjunto um significado físico do bem edificado, por algum instante ou mesmo por percepção ele deixa um pouco de lado o Patrimônio da Humanidade e percebe a edificação no seu significado mais primário de elevação de um edifício. Essa outra forma de se perceber a Pampulha está mais presente ao seu redor imediato, apesar de muito famoso, muitos belo-horizontinos conseguem contar nas mãos as vezes que frequentaram o local, pelo fato de estar fora do grande centro comercial e cultural da cidade a Pampulha mantém sua distância da vivência cotidiana de muitos residentes da cidade, que passam a ver o conjunto da lagoa da Pampulha como um ponto marcante da sua cidade, mas que apresenta-se distante impedindo assim um reconhecimento de pertencimento do local, uma vez que a experiência de viver aquela ambiência é

muito limitada devido a inconstância. Esta forma de se relacionar com a Paisagem Pampulha faz com que ela tenha mais uma forma de percepção dentro da cidade, o monumento a ser vivenciado, cada vez mais vista, vivenciada e analisada, por turistas, mas também pelos próprios belo-horizontinos, que trarão juntamente com suas impressões, novas formas de se ver a se descrever Pampulha deixando de ser algo que se é pensado para algo que se é vivido. Desta forma a Pampulha continua contemporânea e viva, com novos significados, usos e experiências a cada dia, cada vez mais vista e reinventada sem perder seu caráter de unicidade pelo qual foi reconhecido mundialmente, e continuando a manter o valor cultural por ela atribuído.

No caso da Pampulha e de muitas outras paisagens é justamente essa análise de valor e uso de quem vive e produz aquele espaço como geradores de cultura e de percepções diversas que possibilitam e reforçam a manutenção do patrimônio físico, por essa coexistência de *Marca* e *Matriz* é que há uma necessidade de um olhar maior para essa apropriação para que além do edificado, o percebido, o vivido e o produzido também passem a ser tutelas do estado e que a tutela do valor edificado também seja de responsabilidade da sociedade, onde se daria um pouco mais de espaço para outros tipos de visão de valor que não seja apenas a técnica da arquitetura e a judicialização do patrimônio.

CONCLUSÃO

“Não se entra no mesmo rio duas vezes”, já dizia Heráclito. No patrimônio e na Arquitetura essa afirmação não se faz diferente, não se percebe uma paisagem, uma edificação ou um espaço da mesma forma, sempre quando se vive, o mesmo se mostra de maneira diversa, seja nos pequenos detalhes minuciosamente analisados, ou em correr de olhos momentâneo e corriqueiro. A forma com que se trata a percepção e o modo de usufruto dos espaços e paisagens são o que caracterizam o sentido que se é dado a eles, isso está diretamente ligado ao tipo de relação que as pessoas têm ou não com o objeto observado. Esta reflexão baseia-se também a partir da definição de espaço de Merleau-Ponty (1999), a saber:

“O espaço não é o ambiente (real ou lógico) em que as coisas se dispõem, mas no meio pelo qual a posição das coisas se torna possível. Quer dizer, em lugar de imaginá-lo como uma espécie de éter no qual todas as coisas mergulham, ou de concebê-lo abstratamente com um caráter que lhes seja comum, devemos pensá-lo como a potência universal de suas conexões. Portanto. Ou eu não reflito, vivo nas coisas e considero vagamente o espaço ora como o ambiente das coisas, ora como seu atributo comum, ou então eu reflito, retorno o espaço em sua fonte, penso atualmente as relações que estão sob essa palavra, e

percebo então que elas só vivem por um sujeito que as trace e as suporte, passo do espaço especializado ao espaço espacializante". (MERLEAU-PONTY, 1999. p.328)

Esta reflexão não ignora o caminho já percorrido pelas análises e vivências existentes, mas somado a elas as experiências que vão servindo como molde para a existência e percepção dos *espaços vividos e tempos vividos*, sempre em movimento.

É preciso sim enaltecer a história, o objeto pelo que já se foi um dia, mas, é necessário continuar dando sentido a ele, a melhor forma de preservar é ressignificar, para que, o que tornou aquele patrimônio importante continue a ter valor. O valor vem do pertencimento, e pertencimento vem do hoje, ele precisa pertencer hoje para manter seu valor do ontem e do que ele será amanhã.

A vida é dinâmica, não deveríamos dar o sentido inverso então ao patrimônio, rígido e imutável. Tudo que enrijece não se adapta, esse desencaixe o torna desvalorizado como objeto e como significado de patrimônio vivo e pulsante, vai perdendo o sentido e se tornando apenas um espaço especializado, ou nem isso, como encontramos muitas vezes, onde o abandono fecha as portas da informação e faz a história desaparecer sem que seja notada, como podemos ver em tantos lugares que foram de suma importância para nossa cidade, para a história e hoje se encontram abandonados, em péssimo estado e sua história esquecida e até desconhecida.

Esta visão rígida e imutável da história que observamos, na arquitetura, em uma historiografia arquitetônica em que são feitas de imagens de fachadas e classificações de estilos arquitetônicos, tem como objetivo sempre retomar a sua forma e à sua verdade original. Essa classificação de história arqueológica é importante, não há maneira de desqualificá-la, por que é sua verdade primeira, e seu motivo de ser, mas enquadrá-la apenas nesse contexto é uma atitude riscosa, pois, sem uma visão dilatada e contemporânea deste patrimônio seu significado pode ir se findando pouco a pouco até chegar a perder seu sentido perante a quem se deve tê-lo.

"Saber preservar para poder inovar" é o lema que resume a teoria da restauração da Dezzi Bardeschi. O que significa apoiar a restauração, entendida como o maior respeito pelo existente, e a inovação, ou seja, o reconhecimento da autonomia do novo projeto:

"é preciso ter em devida conta o fato da fundamental contraposição, estabelecida entre os conceitos de permanência e mutação, que sina Gliza duas maneiras opostas de se relacionar com a realidade (...), expressadas em situação de antítese, mas ambas essenciais para o nosso mesmo equilíbrio". (BARDESCHI, 2009 apud GIOENI, 2009 p. 20)

Bardeschi disse também que o grande livro de arquitetura é um palimpsesto estratificado e em constante transformação, em que cada geração continua a substituir, deixando vestígios da sua história e da sua passagem. Esse é o real papel social do patrimônio, a continuidade, é não esquecer o que foi vivido, mas que isso não o impeça de ter sua renovação continua sempre acrescentando e aumentando o sentimento de pertencimento do que se pretende conservar, mas, ir também muito além do conservar e conseguir acrescentar sempre fatos e vivências a aquela história que já era tão rica e importante.

As diversas percepções e apropriações mantem o espaço vivo e moderno, seu patrimônio edificado é mantido e incontestável, já é reconhecido, mas, sua renovação é diária e completamente diversa, criando um novo ambiente a ser explorado constantemente.

Toda essa renovação e modernidade envolvida vai muito além dos bens edificados e dos fatores que compõem a paisagem, essa ambiência de extremo movimento e pulsação constante é devido a seus agentes espacializadores, que a cada dia usam essa ou aquela paisagem e essa ou aquelas edificações para gerar novos significados e pertencimentos a ele, que, quando somados a historiografia o monumento carrega o deixa mais valoroso e renovado do que já foi um dia.

Quando se faz análise das instâncias do poder público de tombamento podemos notar a falta dos agentes espacializadores nas justificativas e quesitos de proteção. O entendimento de patrimônio tem sido baseado sempre no espaço especializado e na sua história passada, mas os valores dessa Paisagem Pampulha vão muito além disso, o valor presente vem mantendo e valorizando os fatos do passado modernista, mas também vem agregando novos valores a esse patrimônio cultural, e a manutenção desses valores historiográficos estão presentes no sentimento de pertencimento do quem ocupa e torna a Pampulha tão viva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BARDESCI, Marco Dezzi. Teoria e Prática della Conservazione dell'architettura. In: Seminario Nazionale Monumenti e Ambienti. Restauratori del decondo novecento, 2009, Napoli: Universita Napoli-Aversa, 2009. a cura Laura Gioeni, Napoli, 2009.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos daproblemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.83-89. [orig.: _____. L'Espace Géographique, t.XIII, n.1, jan/mar 1984, p.33-34.]

BRUNET, Roger. Analyse des paysages et sémiologie: éléments pour un débat. In: ROGER, Alain (Org.) La théorie du paysage en France: 1974-1994. France: Champ Vallon, 1995. p.7-20. [orig.: _____. L'Espace Géographique, v.2, 1974.]

CAPEL, Horacio. La morfología de las ciudades. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002. 544p. [v.I – Sociedad, cultura y paisaje urbano.]

CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Florianopolis: Editora UFSC, 2007.

FERREIRA, Luana Maia. As várias Pampulhas no tempo e no espaço (1900-1950). In PIMENTEL, T.V.C. (Org.) Pampulha Múltipla: uma região da cidade na leitura do Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007. p.46

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN:1997.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PIMENTEL, T.V.C. Pampulha Múltipla: uma região da cidade na leitura do Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007

ZANIRATO, Silva Helena. Usos sociais do patrimônio cultural natural. Revista Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n. 1, p. 137-152 – out.2009. Disponível em <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view//145/521>> último acesso em 23 de maio de 2017.